

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023

1 – PREÂMBULO

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ n. 11.427.163/0001-71, situado na Rua Maria Ranzan, n. 619, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representado por sua gestora Sra. Sidônia Salete Cecon Merísio, **TORNA PÚBLICO** que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a **forma ELETRÔNICA** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, que será realizada por meio do site www.bll.org.br e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Federal nº 123/06 e Lei nº 147/14, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e suas respectivas alterações e legislação aplicável e Decreto Municipal nº 386/2021.

1.2. A SESSÃO PÚBLICA SERÁ REALIZADA NO SITE WWW.BLL.ORG.BR, NO DIA 04/01/2024, COM INÍCIO ÀS 08:30H, HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF.

1.3. Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem propostas no site www.bll.org.br, nos termos a seguir:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA: 20/12/2023, HORÁRIO: 16h30MIN

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA 04/01/2024, HORÁRIO 08h00M

1.4 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) Anexo “A” – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) Anexo “B” – MODELO DECLARAÇÃO INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES;
- c) Anexo “C” – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27, DA LEI 8.666/93;
- d) Anexo “D” – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DA LEI Nº 10.520;
- e) ANEXO “E” - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO;
- f) Anexo “F” – MINUTA DO CONTRATO;

2 - DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PARA DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO/RECICLAGEM DOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA TECNOLOGIA PARA SAÚDE, LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA (GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA E MÉDIA COMPLEXIDADE) COM SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL E REMOTO**, conforme especificações constantes do Anexo “A” deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar as empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, especialmente o disposto no Termo de Referência, bem como o atendimento à documentação constante neste Edital e seus anexos e estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, por meio do site www.bll.org.br.

3.1.1. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.1.1.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de possíveis sanções penais cabíveis.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

3.2.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.2.2. Empresas ou Sociedades Estrangeiras que não funcionem no país;

3.2.3. Empresas que estejam reunidas em Consórcio;

3.2.4. Empresas impedidas de licitar ou contratar com Poder Público (Art. 7º da Lei 10.520/02), ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III da Lei 8.666/93);

3.2.5. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 72, § 8º, V, da Lei 9.605/98;

3.2.6. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3.2.7. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

3.2.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 12 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);

3.2.9 – Empresas que possuam em seu quadro de pessoal, assessor, diretor, conselheiros ou similares, que sejam servidores do Município de Cordilheira Alta nos termos do artigo 9º da Lei 8.666/93;

3.3. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.bll.org.br, opção “Acesso Identificado”, observando a data e o horário limite estabelecido no Edital.

3.4. Justifica-se a não realização deste procedimento licitatório exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pois o processo possui lote sem natureza divisível, e não é vantajoso para o município o processo exclusivo para Me e EPP, por se tratar de serviço de maior complexidade.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar através do site www.bll.org.br, por meio de chave de identificação e senha pessoal e intransferível obtidos no site www.bll.org.br.

4.1.1 O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões. Eventuais dúvidas, para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelo telefone **41 – 3097 - 4600** ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

4.2. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Cordilheira Alta, promotor da licitação, responsabilidade.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desta documentação.

5.1.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.6. Ocorrendo adendos, erratas e/ou republicações do edital, que acarretem na alteração de data de abertura do certame, cabe as licitantes interessadas à atualização da documentação de habilitação e proposta de preços já cadastrada, caso julgar necessário.

5.7. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da documentação de habilitação e da proposta de preços.

5.7.1. Para a proposta de preços será considerado obrigatoriamente:

a) **Valor unitário e valor total de cada item, valor do lote**, em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo duas casas decimais após a vírgula;

b) **Marca** e demais especificações necessárias para detalhar o objeto, consoante às exigências editalícias.

5.7.1.1. Os licitantes poderão participar com uma única marca por item, sob pena de desclassificação. **Obs.: Licitantes que colocarem o nome da referida empresa no campo marca serão desclassificados por violar o princípio do sigilo da proposta, já que é proibida a identificação prévia do licitante.**

5.7.1.2. Em não havendo campo específico para digitação do modelo, esse poderá ser digitado no mesmo campo designado para marca.

5.8. Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias consecutivos o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão pública, estabelecida no item 1 deste Edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.9. A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

5.10. Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão de obra, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

5.11. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

5.12. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.13. - O número do item/ITEM ofertado deverá corresponder exatamente ao número do item/ITEM do Anexo "A" deste Edital, com sua (s) respectiva (s) quantidade (s).

5.14. Poderão ser admitidos pelo (a) Pregoeiro (a) erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5.15. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, ou criar direitos, sem previsão expressa no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o Edital.

5.15.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de duas horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, adequada ao último lance ofertado e deverá:

5.15.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa licitante.

5.15.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

5.15.1.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

5.16. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

5.17. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

5.18. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

5.19. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

5.20. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

5.21. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

6- DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 A Documentação de Habilitação da licitante deverá conter os documentos abaixo listados, os quais devem ser encaminhados conjuntamente à proposta até o horário indicado no item 1.3:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**, emitida no prazo máximo de 90 dias da data de abertura do certame.
- b) **Ato Constitutivo, Contrato Social** Consolidado (última atualização);
- c) **Cópia do documento** do CPF do Socio majoritário/administrador.
- d) **Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ABRANGENDO AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS)**;
- e) **Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais**, relativa ao Estado da sede do licitante;
- f) **Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais**, relativa ao Município da sede do licitante;
- g) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia** por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais;
- h) **Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) **Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial** (sendo a sede da empresa licitante no Estado de Santa Catarina, deverá emitir a certidão conjunta do Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme nova resolução, disponível no site: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>).
- i) **Declaração da proponente que atende ao inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666/93**, que se refere ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que diz o seguinte: “Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”;
- j) **Declaração que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Município de Cordilheira Alta** (modelo no anexo “E” do edital).

m) **Declaração de informações complementares** (modelo no anexo “B” do edital).

DA QUALIFICAÇÃO – TÉCNICA

n) **Apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração** que comprove que a empresa já forneceu licenciamento de software web customizável para gestão de saúde pública integrado ao sistema e-SUS, emitido por órgão de direito público, mencionando o contrato de prestação de serviços. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo também, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ e o nome do responsável pelo mesmo. (Preferencialmente encaminhar cópia do contrato para a averiguação de conformidade).

o) **A empresa deverá comprovar que possui Ambiente Virtual de Aprendizagem** para capacitação dos profissionais, mediante apresentação de declaração com endereço online de acesso ao sistema e contrato de uso caso não seja sistema próprio.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Tribunal de Contas da União no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>; e

b) Cadastro Nacional Pessoas Punidas CEIS – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

6.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa participante e de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2. Caso conste na Consulta de Situação do Participante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.

6.2.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.4. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.5. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

6.3.1. **A proponente Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar OBRIGATORIAMENTE Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede da licitante**, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007, emitida no prazo máximo de 90 dias da data de abertura do certame. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de

Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

6.4. Todo benefício previsto na Lei Complementar 123/2006 e aplicável à Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte, estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do artigo 18-E.

6.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos relativos à regularidade fiscal apresentem alguma restrição.

6.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa e entrega destas certidões ao (a) Pregoeiro (a).

6.5.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 6.5.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.6. Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.7.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.7.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.8. Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.9. A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.10. Os documentos, certidões e certificados exigidos como condição de habilitação, emitidos online, ficam, nesse caso, a aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo (a) Pregoeiro (a) e/ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.12. O não cumprimento do referido prazo acarretará na inabilitação da licitante vencedora, passando-se assim, para a segunda colocada. Após a conferência dos documentos de habilitação, se estiverem de acordo com o solicitado, a segunda colocada será declarada vencedora do item e abrir-se-á prazo para interposição recursal.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A partir do horário previsto neste edital (item nº 1), a sessão pública na internet será aberta pelo (a) pregoeiro (a) com a utilização de sua chave de acesso e senha.

7.2. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) pregoeiro (a) e as licitantes.

7.4. O (A) pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.4.1. Será desclassificada a proposta ou o lance, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.4.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.5. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

7.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.8. Aberta a etapa competitiva (sessão pública), as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR DO ITEM, observando-se as regras estabelecidas no Edital.

7.10. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.12. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.13. A disputa de lances se dará no modo aberto, sendo que o envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada

automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.13.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma previsto no subitem 7.13.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.14. Encerrada a sessão de lances, o sistema verificará a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.14.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada. A prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Cordilheira Alta - SC; não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Cordilheira Alta - SC, cuja proposta esteja no limite de 5% previsto neste item, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios da região;

7.14.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.14.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.15. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.16. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o (a) Pregoeiro (a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.17. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.18. O proponente deverá comunicar imediatamente a BLL (Órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.19 – Da Preferência para MPE's Locais ou Regionais:

7.19.1. Entende-se como local ou municipal: o limite geográfico do município de Cordilheira Alta;

7.19.1.1. Entende-se como regional: O âmbito dos municípios constituintes da Região Metropolitana de Chapecó - SC a que pertence o próprio Município;

7.19.2. Para a aplicação dos benefícios previstos poderá, de acordo com o art. 47, caput, da Lei Complementar Federal no 123/2006, ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de

pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (cinco por cento) superiores ao melhor preço válido;

b) a prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Cordilheira Alta - SC;

c) não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Cordilheira Alta - SC, cuja proposta esteja no limite de 10% previsto no item 7.19.2.1, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios da região;

7.20. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) pregoeiro (a) poderá, assessorado (a) pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.20.1. Neste caso, o (a) pregoeiro (a) deverá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta a empresa licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.21. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o (a) Pregoeiro (a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.23. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.24. O proponente deverá comunicar imediatamente a BLL (Órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1. No julgamento das propostas, será (ão) considerada (s) vencedora (s) a (s) licitante (s) que apresentar (em) o MENOR PREÇO POR LOTE, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

9. DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

9.1. A contratada deverá observar os prazos, a forma e local de entrega do (s) objeto (s) licitado (s), de acordo com as especificações do termo de referência constante no anexo “A” deste edital.

10. DOS PREÇOS MÁXIMOS

10.1 Os preços máximos a serem admitidos pela Administração Municipal são os previstos na tabela de itens constantes no Anexo “A” deste edital, sob pena de desclassificação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado conforme disposto na Cláusula contratual.

11.2. O pagamento será efetuado, mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da contratada.

11.3. As notas fiscais/notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas conforme informações prestadas pelos integrantes do Setor de Compras.

12. DAS AMOSTRAS

12.1. Havendo a exigência para apresentação de amostras, essas deverão ser submetidas à aprovação pela secretaria solicitante, que avaliará sua adequação às especificações técnicas contidas no Edital, considerando, ainda, a qualidade e o uso a que se destinam. O responsável pela avaliação, emitirá parecer onde constará aprovada sem ressalvas, aprovada com ressalvas ou reprovada.

12.1.2 A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, será disponibilizado novo prazo de 5 (cinco) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de nova amostra.

12.1.2.1 Após as correções ou apresentação de nova amostra, a secretaria emitirá novo parecer em que constará se esta amostra foi aprovada ou reprovada. A entrega da amostra fora do local ou prazo indicado ou a sua reprovação pela secretária acarretará a desclassificação do licitante.

12.2. Em sendo aprovada, a amostra não será contada como unidade entregue.

12.3. Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de amostra (s).

12.4 A aceitação da amostra constitui condição para adjudicação do objeto do certame, de maneira que, caso a unidade amostrada não seja aprovada mediante as condições pré-estabelecidas, o licitante é desclassificado, e o próximo é convocado, na ordem de classificação (art. 4º, inciso XVI, Lei nº 10.520/2002).

12.5 O Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

12.6 Todos os objetos entregues, no recebimento, deverão apresentar o mesmo padrão de qualidade, resistência e funcionalidade das amostras aprovadas, seguindo exatamente as especificações técnicas solicitadas.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto deste pregão será formalizada pelo (a) Pregoeiro (a), pelo MENOR PREÇO POR LOTE, à (s) licitante (s) cuja (s) proposta (s) seja (m) considerada (s) vencedora (s).

13.4. O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente, e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor, pelo (a) pregoeiro (a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14- DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados para o (a) pregoeiro (a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no site www.bll.org.br.

14.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

14.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

14.4. Não serão acolhidas as impugnações apresentadas intempestivamente e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

14.5. Acolhida impugnação contra o edital será designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei, devendo a licitante manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando, sucintamente, suas razões após o término da sessão de lances.

15.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo (a) Pregoeiro (a).

15.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso e, sendo a mesma aceita pelo (a) Pregoeiro (a), disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, o qual será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, contados da data final do prazo do recorrente.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, e adjudicação do objeto pelo (a) Pregoeiro (a) à licitante vencedor.

15.4. O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) terá efeito suspensivo.

15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, e-mail, correios ou entregues pessoalmente.

15.7. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração aos termos desta licitação, o licitante que os tenha aceitado sem objeção, e após o julgamento

venha apontar falhas ou irregularidade. Tal comunicação não terá efeito de recurso.

16. DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

16.1. Após a homologação do resultado, será (ão) a (s) vencedora (s) notificada (s) e convocada (s) para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar (em) o pertinente contrato (minuta constante do Anexo “F”), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 18, deste Edital.

16.2. O presente CONTRATO terá sua vigência de 12 meses podendo ser prorrogado conforme cláusulas da lei 8.666.

16.3. Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

16.4. Aplica-se nesta contratação a aplicação da IN RFB nº 1.234/2012, bem como o Decreto Municipal 193/2023, que dispõe sobre a IRRF nas contratações de bens e serviços pela Administração do Município de Cordilheira Alta/SC.

17. DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

17.2. A rescisão contratual poderá ser:

17.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

17.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

18. DAS PENALIDADES

18.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato de contratado, nos termos do item 16.1 do presente instrumento convocatório.

18.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

18.3. A penalidade de multa, prevista no item 18.1 deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

18.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.

18.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

18.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

18.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

18.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

18.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 18.6 e 18.7 será o valor inicial do Contrato.

18.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

18.11. Sem prejuízo das penalidades de multa fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

18.11.1 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

18.11.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

19 – DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0**49) 3358-9100, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00.

19.2. É facultado ao (a) pregoeiro (a), auxiliado (a) pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

19.3 – Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico

(e-mail), número de telefone, bem como o nome da pessoa indicada para eventual contato.

19.4 – A Administração Municipal de Cordilheira Alta reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

19.5. Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Cordilheira Alta não serão consideradas como motivos para impugnações.

19.6 – Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

19.7 – No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) Adiada a abertura da licitação;
- b) Anulada ou revogada no todo ou em parte.
- c) Alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

19.8. As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram:

19.9 Sob pena prevista no parágrafo único do artigo 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/40, não estarem declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações pelo Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos dos incisos III e IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8666/93.

19.10 Para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvados os casos de menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

19.11. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Chapecó, SC, excluído qualquer outro.

Cordilheira Alta, SC, 20 de dezembro de 2023.

SIDONIA SALETE CECON MERISIO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde e de Ass. Social



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023

ANEXO “A”

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PARA DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO/RECICLAGEM DOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA TECNOLOGIA PARA SAÚDE, LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA (GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA E MÉDIA COMPLEXIDADE) COM SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL E REMOTO.

2. DOS ITENS/LOTE

Lote 01					
Item	Descrição	Unidade	QTD	Valor Unit	Valor Total
1	Migração das informações do sistema atual para sistema licenciado.	Unidade	1	7.500,00	7.500,00
2	Treinamento para uso do sistema: Treinamento dos profissionais para utilização do software em sua totalidade de funções; Formação dos profissionais para identificação, busca ativa e registro de atendimento voltado para o programa Previne Brasil, para o programa bolsa família, para o programa saúde na escola, formação dos profissionais em qualidade no registro clínico, Formação e apoio no processo de fluxo de atendimento e humanização do atendimento com uso da tecnologia;	Horas	40	200,00	8.000,00
3	Licença de software mensal de gestão de atendimento e Prontuário Eletrônico para Unidades Básicas de Saúde - UBS, contempla recepção, painel de chamada por voz, acolhimento, atendimento de enfermagem, médico, profissionais de nível superior da atenção primária (produção e-SUS) e odontólogo (possui odontograma), permite	Mensal	12	855,00	10.620,00



	registro de atividade coletiva, Programa de Saúde na Escola, programa do Bolsa Família, Puericultura, acompanhamento do Pré-Natal e Previne Brasil;				
4	Licença mensal de software de gestão de Farmácia Básica E Judicial e Almoxarifado com controle e gestão de transferências, controle de reposição através de estoque mínimo e gestão de compras com envio automático do Hórus;	Mensal	12	605,00	7.260,00
5	Licença mensal de software de Gestão De Frotas Da Saúde com controle de filas de espera por transporte, impressão de diário de bordo, exportação de arquivo DETER;	Mensal	12	375,00	4.500,00
6	Licença mensal de software de gestão e Controle e Gestão De Contratos e Credenciamentos, Benefícios E Dispensação De OPM;	Mensal	12	150,00	1.800,00
7	Licença mensal de software de gestão de sala de vacinas com integração aos prontuários municipais e controle de estoques de vacinas;	Mensal	12	125,00	1.500,00
8	Licença mensal de software de Dashboard de Indicadores, informações de produção e relatórios do sistema e-SUS (integrado em tempo real), que demonstra de maneira gráfica informações de produção enviadas, permitindo o acompanhamento em tempo real dos indicadores de saúde além de permitir a extração de informações a partir de relatórios, acompanhamento dos resultados de pesquisa de satisfação do profissional e da sua equipe, e das metas dos programas relacionados a sua equipe;	Mensal	12	325,00	3.900,00
9	Licença mensal de software de Portal da transparência da saúde , para divulgação da lista de medicamentos disponíveis, painel de vacinação, listas de espera do SUS, portal para divulgação de notícias, portal de impressão de caderneta de saúde, portal de impressão e verificação de prontuários, portal para impressão de receitas digitais;	Mensal	12	105,00	1.260,00



10	Licença de software para aplicativo móvel APP de utilização do Agentes Comunitário de Saúde para realização de cadastros e visitas domiciliares, busca ativa direcionada;	Mensal	12	425,00	5.100,00
11	Licença mensal de software de comunicação automática com cidadão para o envio de mensagens via WhatsApp e e-mail, realizando avisos de consultas agendadas do sistema de prontuário, avisos de viagens do sistema de frotas, avisos de documentos disponíveis na secretaria da saúde, avisos de vacinação diretamente do sistema da vacinação, criação de avisos personalizados para encaminhamento em massa com possibilidade de criação de grupos por Idade, Sexo, Condição de saúde e Bairro;	Mensal	12	795,00	9.540,00
12	Licença de software de certificação eletrônica ICP-Brasil para assinatura de documentos eletrônicos da saúde;	Mensal	12	500,00	6.000,00
Valor total do lote					66.620,00

3. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

3.1 Visando melhorar e promover mudanças na gestão da Secretaria de Saúde, faz-se necessário uma solução informatizada que possibilite trazer resultados efetivos para a população de Cordilheira Alta. As Soluções Informatizadas proporcionam a padronização dos processos ligados à Saúde são as ferramentas responsáveis por controlar todo o fluxo de cidadãos e materiais, bem como o fluxo das atividades administrativas, além de integrar as informações criadas com os protocolos municipais de saúde e assistência social, os programas estaduais e os programas federais.

3.2 A agregação de benefícios ao unificar procedimentos e compartilhar informações no âmbito das Secretarias de Saúde no Município, objetivando a economia de recursos financeiros e proporcionar às unidades beneficiadas condições efetivas para o trato das informações, corroboram a iniciativa de contratação de sistemas informatizados que tenham abrangência em todo Município.

3.3 Os serviços de operacionalização dos softwares em questão devem contemplar conferência da base de dados atual, conversão das bases disponíveis nos programas do Ministério da Saúde, tratamento das informações, confrontação dos dados mapeados no cenário das unidades assistenciais do município, visando gerar uma nova base de dados, de modo a maximizar os recursos dos sistemas, gerar confiabilidade e segurança, evitar inconsistências nas informações gerenciais manipuladas, permitir a implementação de funcionalidades essenciais à consecução do pretendido com a aquisição dos softwares, ou seja, alcance de eficiência e eficácia no trato e manipulação das informações.



3.4 A contratação de empresa especializada em recursos de tecnologia da informação e a disponibilização dos equipamentos necessários possibilitarão ao Município de Cordilheira Alta – SC o registro e a produção de dados gerenciais que facilitem o planejamento, a organização, o acompanhamento e o controle por meio dos módulos dos sistemas, conforme citado anteriormente, provendo muitos benefícios econômicos e funcionais, reduzindo de forma bastante consistente os gastos, especialmente com a otimização dos recursos técnicos e insumos necessários ao atendimento, além do que, esperamos uma redução importante nos custos com este novo contrato.

3.5 Com os Sistemas de Gestão, as Secretarias Municipais de Saúde, podem operar com ferramentas que possibilitam a modernização da Gestão Pública Municipal, através de resultados técnico-administrativos específicos oriundos da utilização do sistema, como:

- Aperfeiçoamento e integração das áreas de saúde no Município;
- Padronização de procedimentos, tabelas, cadastros e atendimentos das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social;
- Unificação das informações, em ambiente informatizado e centralizado, acessível via rede local, acesso remoto ou internet;
- Integração com os demais sistemas de informações de alimentação obrigatória do Ministério da Saúde e demais Órgãos Oficiais;
- Identificação única do cidadão usuário dos sistemas de saúde em todos os locais de atendimento;
- Prontuário eletrônico do paciente em todos os estágios do atendimento (médico, odontológico, enfermagem e demais áreas da atenção básica e/ou especializada no nível ambulatorial), o que possibilita a consulta dos históricos e registros em todos os locais, gerando facilidade e segurança ao atendimento;
- Agilidade nos Agendamentos e atendimento de Consultas e Exames;
- Integração automática com a geração de arquivos magnéticos da Produção Ambulatorial (BPA e BPA-I) e para alimentação dos demais sistemas de informações sob responsabilidade da gestão municipal;
- Gerenciamento dos programas, serviços de transporte, administração e controle dos insumos, além dos laboratórios e demais serviços de diagnóstico e terapia da rede municipal;
- Integração entre todas as unidades assistenciais do município;
- Organização, modernização e controle dos processos de trabalho em saúde e assistência social;
- Segurança no trato e na guarda de informações;
- Aproveitamento dos bancos de dados existentes;
- Produção e comparação de indicadores de saúde e assistência social;
- Redução dos custos e economia dos recursos;
- Geração de informações da saúde e assistência social, voltadas para a gestão, gerência e produção estatística quantitativa e qualitativa das ações desenvolvidas pelos serviços de saúde do município;
- Otimização dos recursos técnicos e financeiros disponibilizados para atendimento às demandas de saúde da população;
- Treinamento dos usuários, nos termos deste projeto.

3.6 Os Sistemas deverão ser uma ferramenta elaborada para suprir as demandas das Secretarias Municipais de Saúde na lógica do registro eletrônico de informações, possibilitando maior controle e fornecendo informações ágeis e

eficazes para a tomada de decisão, garantindo, desta forma, que as informações geradas pelo Município sejam de qualidade.

3.7 Trata-se de um serviço comum, de modo que o pregão será a opção para este processo.

4. EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 Os serviços deverão ser executados de forma parcelada, mensalmente, após a devida solicitação da Municipalidade, na sede das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social, mediante conferência dos fiscais do Contrato.

5. DETALHAMENTO DO OBJETO

5.1 Os sistemas deverão abranger todas as unidades da área de saúde, independentemente da localização das mesmas;

5.2 Os sistemas deverão abranger todos os servidores públicos municipais alocados na área da saúde e assistência social, em conformidade com as normativas CLT;

5.3 Prestação dos serviços necessários à implantação dos sistemas: levantamento de processos, análise da aderência, importação dos bancos de dados armazenados pelos sistemas utilizados atualmente, treinamento e configuração dos sistemas;

5.4 Prestação de serviços de manutenção e suporte que garantirão o funcionamento adequado e contínuo dos sistemas, suas atualizações, bem como o suporte necessário à plena utilização de todas as funcionalidades disponíveis. Os sistemas deverão abranger todas as unidades da área de saúde municipal, independentemente da localização das mesmas.

6. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA SAÚDE

6.1 Os sistemas deverão ser desenvolvidos em plataforma compatível com a tecnologia utilizada pelo Município e serão entregues no âmbito do Município de Cordilheira Alta e disponibilizado para uso em todas as Unidades Assistenciais próprias e serviços contratados de maneira complementar, visando incremento de eficácia e eficiência no desempenho das atividades e alcance dos resultados esperados, na gestão dos recursos alocados, na busca da economicidade, da qualidade do atendimento prestado à população e na efetividade da gestão dos serviços de saúde no âmbito do Município.

6.2 Os sistemas deverão ser disponibilizados em sua totalidade em idioma Português Brasileiro e conter recursos necessários para que a Administração Pública obtenha a gestão completa dos processos administrativos, operacionais e estratégicos inerentes ao objeto. Para atender as necessidades municipais, o sistema deverá contemplar no mínimo, os seguintes módulos:

7. IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO DE SAÚDE

7.1 A empresa a ser contratada, além do fornecimento das licenças de uso dos Sistemas de Gestão da Saúde, deverá oferecer serviços correlacionados ao objeto

contemplando: implantação, treinamento e suporte, conforme detalhamento seguinte:

- a. A implantação dos Sistemas de Gestão de Saúde não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento da Ordem de Compra, e será executada conforme cronograma proposto pela contratada para implantação do sistema contemplando, obrigatoriamente, todas as necessidades da produção de informações e indicadores necessários à gestão da saúde bem como a alimentação dos sistemas de informações do Ministério da Saúde e demais Órgãos Oficiais;
- b. Deverão ser realizadas todas as simulações pela empresa contratada em conjunto com a Contratante, em que deverá ser demonstrado o perfeito funcionamento dos sistemas, atendendo a legislação vigente;
- c. Como parte integrante do processo de implantação, a empresa contratada deverá ministrar treinamentos aos usuários dos sistemas, proporcionando condições plenas de utilização dos sistemas ofertados.

7.2 No caso de migração dos dados:

7.2.1 A migração dos dados cadastrais e informações do sistema em uso serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo os mesmos ser disponibilizados pela CONTRATANTE.

7.2.2 Não haverá custo para a contratante.

7.2.3 A CONTRATANTE deverá designar responsável pela validação dos dados migrados após a sua entrega, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados. Deverá compreender a conclusão da alimentação das bases de dados e tabelas para permitir a utilização plena de cada um dos módulos dos sistemas. O trabalho operacional de levantamento dos dados cadastrais que for necessário à implantação efetiva do Sistema é de responsabilidade da Contratante por meio de consulta ao sistema de Gestão existente.

8. TREINAMENTOS

8. A contratada deverá prover treinamentos aos usuários da solução e à equipe de informática das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social, de acordo com os requisitos e condições abaixo especificados.

8.1.1 Treinamento de usuários:

8.1.1.1 A empresa contratada deverá prover treinamento na operação e administração das soluções, respeitando aspectos técnicos- pedagógicos de acordo com o público-alvo, de forma que, ao final do curso, os profissionais treinados estejam aptos a utilizar todas as funcionalidades dos sistemas;

8.1.1.2 Os treinamentos deverão ser ministrados nas unidades assistenciais definidas, em dependências dotadas dos recursos de infraestrutura, hardware e software para a realização dos mesmos, incluindo a disponibilização de computadores, a cargo da contratante;

8.1.1.3 Os treinamentos deverão ser focados no funcionamento e operacionalização de cada módulo dos sistemas, com utilização de base de testes que permita a visualização e análise de todas suas funcionalidades;

8.1.1.4 A empresa deverá apresentar cronograma de realização do treinamento, para aprovação da contratante, que deverá ser concomitante com o período de migração definitiva dos dados para os novos sistemas.

8.1.1.5 A empresa deverá disponibilizar instrutores em número, competência e experiência profissional adequada ao treinamento a ser realizado, primando também pela padronização metodológica, didática e de conteúdo programático entre as turmas;

9. SUPORTE E MANUTENÇÃO

9 A contratada deverá prover serviços de suporte técnico e de manutenção (corretiva, evolutiva e legal) do software, a fim de garantir a plenitude operacional e o funcionamento satisfatório das soluções, conforme as atividades detalhadas a seguir:

9.1. SUPORTE TÉCNICO:

9.1.1. Os serviços de suporte técnico remoto, deverão ser oferecidos em ambiente da contratada e poderão ser acionados por meio de telefone ou e-mail, durante o período das 07:30hs às 11:30hs e das 13:00hs às 17:00hs. As consultas e solicitações efetuadas pelos usuários da solução deverão ser respondidas no prazo máximo de 24 horas, possibilitando a padronização dos serviços, agilidade na resolução de problemas e recuperação de falhas que por ventura venham a ocorrer nos softwares.

9.2. MANUTENÇÃO

9.2.1. A contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas, durante 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por período igual e sucessivo, até o limite legal, incluindo as seguintes atividades:

9.2.1.1. Manutenção corretiva: é aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo às telas, regras de negócio, relatórios e interfaces com outros sistemas, com prazo máximo de 15 dias para conclusão; o desempenho do sistema é considerado item de manutenção corretiva e quando classificado como crítico deverá ser corrigido no prazo de 24 horas.

9.2.1.2. Manutenção legal: em caso de mudança na legislação, banco de dados, sistemas operacionais, entre outros, será elaborada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação do sistema.

10. GARANTIA TECNOLÓGICA

10.1 A contratada deverá garantir a manutenção dos sistemas ofertados visando mantê-los em conformidade com a legislação, sem nenhum ônus adicional para a Contratante, durante a vigência do Contrato.

10.2 Ao final do contrato e não havendo interesse em renovação por parte desta Administração, a Contratada deverá disponibilizar através de arquivos .XML as informações geradas pelo sistema no banco de dados da Contratante e hospedado no datacenter da Contratada.

11. ESPECIFICAÇÕES DOS SISTEMAS DE SAÚDE

Os sistemas deverão atender obrigatoriamente todas as especificações abaixo relacionadas:

11.1 Requisitos mínimos exigidos pelo sistema:

11.1.1 Funcionamento em ambiente WEB;

11.1.1.1 O Sistema deve funcionar em ambiente 100% WEB, acessível pelos principais navegadores do mercado: Internet Explorer, Google Chrome, Safari, Opera e Mozilla Firefox, Microsoft Edge;

11.1.1.2 Não será permitida a utilização de software emuladores de terminal;

11.1.2 Padrão de interface do município;

11.1.2.1 O sistema deverá permitir a parametrização do layout das interfaces do município permitindo a adequação aos padrões de identidade visual do município em todas as interfaces da solução;

11.1.2.2 O sistema deve permitir a adequação do logotipo de cada estabelecimento em individual, permitindo que cada estabelecimento ou setor utilize um logo de sua preferência;

11.1.3 Perfil de acesso;

11.1.3.1 O sistema deve possuir perfis de acesso que são um conjunto de configurações de acesso que podem ser vinculadas a um ou mais usuários como por exemplo o perfil de RECEPÇÃO;

11.1.3.2 O perfil de acesso deve possuir regras de acesso que permitam o usuário a ver ou não informações, ter acesso ou não a funcionalidades específicas, criar, editar, visualizar ou excluir.

11.1.3.3 O sistema deve permitir a criação de perfis personalizados conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde;

11.1.4 Configuração de usuários;

11.1.4.1 O sistema deve permitir o cadastro de usuário, que são todos que possuem acesso ao sistema para que possam visualizar dados, incluir, editar ou excluir. Os usuários são separados por perfis de usuários que concedem acesso ao sistema conforme o nível do perfil de acesso;

11.1.4.2 O sistema deve permitir o cadastro do usuários contendo no mínimo, Nome, CPF, CNS, data de nascimento, Sexo, Conselho de Classe, Estado emissor, registro no conselho de classe, e-mail, Telefone, Endereço (Tipo De Logradouro, Logradouro, Número, Complemento, Bairro, Cidade, Estado, CEP);

11.1.4.3 O sistema deve permitir a criação de um login único no sistema que lhe dará permissão conforme seu perfil de acesso;

11.1.4.4 O sistema deve permitir o cadastramento de senha de acesso conforme o padrão do sistema, a senha do usuário deverá expirar conforme configuração do sistema;

11.1.4.5 O sistema deve permitir a seleção de um ou mais perfis de acesso (previamente cadastrados e configurados) para cada usuário, permitindo que seja selecionado o padrão (qual perfil padrão o sistema deve utilizar quando acessado);

11.1.4.6 O sistema deve permitir o vínculo do usuário junto ao estabelecimento, setor, equipe e função (CBO), podendo o seu vínculo ocorrer mais de uma vez no mesmo estabelecimento e setor com mudança do CBO;

11.1.4.7 O sistema deve permitir a mudança de vínculo do usuário com seu perfil ou estabelecimento sem que seja necessário fazer logout no sistema;



11.1.4.8 O sistema deve permitir que o usuário possua agenda exclusiva para cada vínculo criado, como também que cada vínculo permita configurar o intervalo de horários da agenda;

11.1.4.9 Para cada agenda criada o sistema deve permitir que o usuário crie os horários de atendimento de maneira personalizada dentro dos dias da semana, sendo possível duplicar os horários dentro da agenda;

11.1.5 Configuração de senha e login de usuário;

11.1.5.1 O sistema deve permitir que o administrador do sistema configure quais serão os requisitos utilizados para criação de senha como também do tempo que se expira a senha do usuário;

11.1.5.2 O sistema deve permitir a configuração de senha de usuário onde seja possível definir a quantidade de caracteres mínimos e máximos da senha, se exige caracteres especiais, se exige números, e se exige letra maiúscula;

11.1.5.3 O sistema deve permitir a configuração da quantidade de vezes que o usuário pode errar a senha até o login ser bloqueado;

11.1.5.4 O sistema deve permitir configurar o tempo em dias de inatividade para o sistema bloquear o usuário;

11.1.5.5 O sistema deve permitir configurar a quantidade de meses para expiração da senha, momento em que no próximo login o usuário irá inserir uma nova senha;

11.1.5.6 O sistema deve permitir que o login do sistema seja feito de maneira simples (somente usuário e senha), deve poder ser habilitado para que tenha autenticação de dois fatores enviando um código aleatório por meio do WhatsApp para o usuário inserir no momento do login e também permitir o uso do Captcha "Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart": um teste de desafio cognitivo, utilizado como ferramenta antispam;

11.1.5.7 O sistema deve permitir que o próprio usuário recupere sua senha utilizando uma autenticação por e-mail ou WhatsApp;

11.1.6 Configuração de profissionais;

11.1.6.1 O sistema deve permitir o cadastro de profissionais de saúde para utilizar em todas as rotinas do sistema que são necessárias como por exemplo: Selecionar o profissional no momento de um encaminhamento, selecionar o profissional como emissor de alguma receita, selecionar o profissional para realização de um atendimento entre outros;

11.1.6.2 O cadastro do profissional deve possuir os campos mínimos: Nome Completo, CPF, CNS, Data de Nascimento, Sexo, Conselho de Classe, Estado emissor, Registro no Conselho de classe, CBO (classificação brasileira de ocupação), e-mail, telefone, endereço residencial (Tipo De Logradouro, Logradouro, Número, Complemento, Bairro, Cidade, Estado, CEP);

11.1.6.3 O sistema deve permitir que seja marcado se este profissional é um profissional terceiro (que não atua junto a unidade de saúde municipal);

11.1.7 Configuração de Estabelecimento;

11.1.7.1 O sistema deve permitir o cadastro de estabelecimentos de saúde do município que podem possuir número de CNES ou não, como por exemplo: Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento, Unidades do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), Academias de Saúde, Hospitais, Clínicas, Farmácias e Almoxxarifados da Saúde dentre outros.

11.1.7.2 O Cadastro de estabelecimento deve permitir o cadastro de estabelecimentos públicos e privados com disponibilização dos campos mínimos:

Nome, Tipo de Estabelecimento (Público e privado), Localização (Tipo De Logradouro, Logradouro, Número, Complemento, Bairro, Ponto De Referência, Cidade, Estado, CEP), lista de telefones permitindo o cadastro de mais de um número, lista de e-mails permitindo mais de um e-mail, responsável;

11.1.8 Configuração de Departamento/Setor:

11.1.8.1 O sistema deve permitir o cadastro de departamento/setores para garantir o adequado funcionamento em unidades mistas, que por exemplo podem no mesmo estabelecimento conter equipes de atenção básica e média complexidade. Assim o departamento/setor é considerado como um bloco de funcionamento dentro de um estabelecimento. O sistema deve permitir que um estabelecimento possua vários departamentos/setores. O departamento/setor deve permitir que sejam atribuídas configurações específicas para cada. As configurações não devem se limitar, mas minimamente deve ser possível realizar configurações de critérios de cadastro de paciente por estabelecimento, permitir que sejam atribuídas configurações de atendimento por setor, podendo um setor dentro de um estabelecimento ser da atenção básica e outro setor da média complexidade por exemplo;

11.1.9 Equipes:

11.1.9.1 O sistema deve permitir o cadastro do Equipes de Saúde com disponibilização dos campos mínimos: Nome, INE, Tipo de equipe, Telefone, localização (Vínculo com um estabelecimento de saúde), Profissionais vinculados (permitir o vínculo da equipe com os profissionais de acordo com manual do SCNES);

11.1.10 Cadastro de cidadão;

11.1.10.1 O sistema deve permitir o cadastro do cidadão/paciente;

11.1.10.2 O cadastro do cidadão deve ter identificador único no sistema;

11.1.10.3 O cadastro do cidadão deve ter um tipo (Cidadão, R/N, Viajante, Desconhecido, Morador de Rua);

11.1.10.4 O sistema deve conter os campos mínimos de:

- Nome completo;
- CNS;
- CPF;
- RG com data de expedição, UF, órgão emissor;
- Nome Social;
- Data de nascimento;
- Sexo;
- Raça/Cor;
- Estado Civil;
- Nome da mãe, com opção de marcação “desconhecido”;
- Nome do pai, com opção de marcação “desconhecido”;
- Equipe responsável (campo de autocompletar vinculado a equipe pré-cadastrado no sistema);
- Micro área com opção de marcação “Fora de área”;
- Nacionalidade dos tipos (Brasileira, Naturalizado, Estrangeiro)
- Quando nacionalidade for brasileira informar o município de nascimento (campo de autocompletar vinculado a equipe pré-cadastrado no sistema);
- Quando naturalizado informar portaria de naturalização e data de naturalização;

- Quando estrangeiro informar data de entrada no Brasil e país de nascimento (campo de autocompletar vinculado a equipe pré-cadastrado no sistema);
 - Campo de telefone onde seja possível cadastrar mais de um telefone;
 - Campo e-mail onde seja possível cadastrar mais de um e-mail;
 - Campo endereço;
 - O endereço deve dispor de CEP, Município, Bairro, Tipo de logradouro, Nome do logradouro, Nº da residência, Complemento e Ponto de referência;
- 11.1.10.5 O sistema deve permitir o cadastro da ficha de cadastro individual padrão CDS atualizada na mesma tela de cadastro do paciente, evitando que o usuário mude de tela para completar as informações;
- 11.1.10.6 As configurações de obrigatoriedade de preenchimento dos campos devem ser definidas por setor ou estabelecimento, podendo ser diferentes em cada um deles;
- 11.1.11 Ficha de cadastro simplificado – CDS;
- 11.1.11.1 O sistema deve possuir ambiente para registro de ficha de cadastro simplificado conforme padrão CDS atualizado, disponibilizado pelo ministério da saúde;
- 11.1.11.2 Ficha de cadastro individual;
- 11.1.11.3 Ficha de cadastro domiciliar;
- 11.1.11.4 Ficha atividade coletiva;
- 11.1.11.5 Ficha atendimento odontológico;
- 11.1.11.6 Ficha atendimento domiciliar;
- 11.1.11.7 Ficha atendimento individual;
- 11.1.11.8 Ficha de visita domiciliar;
- 11.1.11.9 Avaliação de elegibilidade;
- 11.1.11.10 Marcadores de consumo alimentar;
- 11.1.11.11 Ficha de procedimentos;
- 11.1.11.12 Ficha de microcefalia/zika;
- 11.1.11.13 Ficha de vacinação;
- 11.1.12 Prontuário Eletrônico Funcionalidades Mínimas;
- 11.1.12.1 O prontuário eletrônico do cidadão, também conhecido como PEC, deve reunir funções conforme o nível de complexidade de cada unidade de saúde que o utilizará, assim, não deve agregar apenas a função ou tela de registro do atendimento, mas todo o processo necessário para que o paciente possa ser atendido, como também que o processo de registro de produção do SUS seja atingido conforme o seu nível de complexidade;
- 11.1.12.2 O prontuário eletrônico compartilha funções mínimas, independente da unidade que o utilizar, mas também possui especificidades e funções que serão descritas em a parte, para utilização em unidades específicas conforme o grau de complexidade.
- 11.1.12.3 Funcionalidades mínimas do prontuário (compartilhadas indiferentemente do estabelecimento):
- 11.1.12.4 Lista de atendimento:
- 11.1.12.4.1 A lista de atendimento deve possuir minimamente: Nome do cidadão, horário de inclusão do paciente na lista de atendimento, tempo de espera por atendimento médico, tempo total na unidade de saúde, profissional responsável, setor, situação;

11.1.12.4.2 A lista de atendimento deve ser capaz de separar os pacientes que estão na recepção, aguardando por atendimento, em observação, internados, finalizados;

11.1.12.4.3 A lista de atendimento deve ser capaz de mostrar quantas prescrições estão em aberto para execução em cada paciente;

11.1.12.4.4 Possuir tela de inclusão do paciente que permita selecionar o serviço que o paciente procura no momento da inclusão, selecionando os serviços cadastrados no estabelecimento;

11.1.12.4.5 Possuir tela de inclusão que permita buscar paciente por nome, CPF/CNS ou data de nascimento;

11.1.12.4.6 Possuir tela de inclusão que permita no momento da busca visualizar os resultados de busca minimamente: Nome do paciente, CPF, CNS, Data de Nascimento, Nome da mãe, Equipe e Microárea;

11.1.12.4.7 Na tela de inclusão do cidadão, após selecionar o cidadão o sistema deve verificar se o mesmo é munícipe, caso não for, deverá exibir a mensagem "Paciente não munícipe)

11.1.12.4.8 Na tela de inclusão do cidadão, após selecionar o cidadão o sistema deve verificar se os dados mínimos obrigatórios cadastrados no estabelecimento estão preenchidos no cadastro, caso contrário o sistema deve acusar "Cidadão com informações pendentes no cadastro"

11.1.12.4.9 Na tela de inclusão do cidadão, após selecionar o cidadão o sistema deve verificar se o telefone e endereço estão atualizados conforme a regra de tempo de atualização de telefone e endereço no sistema, e caso esteja desatualizado o sistema deve solicitar a atualização que deverá ser na mesma tela, sem necessidade do usuário ter que sair da tela;

11.1.12.4.10 A lista de atendimento deve exibir as informações dos pacientes incluídos possuindo as seguintes informações mínimas, Nome do cidadão, horário de inclusão do paciente na lista de atendimento, serviço, tempo de espera entre o acolhimento e o primeiro atendimento médico, profissional responsável, profissional que está realizando atendimento, setor, situação do atendimento, característica do paciente (Adulto, idoso, criança, PNE, Gestante);

11.1.12.4.11 A característica do paciente deve ser preenchida automaticamente quando Criança, Idoso, Adulto;

11.1.12.4.12 O sistema deve possuir função de exibir ou ocultar as informações da lista de atendimento a critério do usuário, ficando salvas suas preferências;

11.1.12.4.13 A lista de atendimento deve exibir, no caso de pacientes com utilização de nome social, o nome do paciente em cor diferenciada na lista de atendimento, e quando levado o mouse em cima, mostrar a seguinte mensagem (paciente optante por utilização de nome social);

11.1.12.4.14 O sistema, na lista de atendimento deve possuir botão de chamar o paciente no painel de chamadas diretamente na lista de atendimento;

11.1.12.4.15 O sistema na lista de atendimento deve exibir em destaque de cor, cidadãos visitantes (não residentes no município), e exibir a informação na lista de atendimento;

11.1.12.4.16 O sistema, na lista de atendimento deve possuir botão de acesso rápido ao histórico de atendimentos do dia do cidadão;

11.1.12.5 Registro tardio de atendimento;

11.1.12.5.1 O sistema deve permitir o registro tardio de atendimento onde seja possível criar um atendimento retroativo, indicando data e hora, local e tenha todas as funcionalidades esperadas no atendimento normal;

11.1.12.6 Agendamento de consultas;

11.1.12.6.1 O sistema deve permitir que a agenda do sistema seja separada por estabelecimento/setor, permitindo que um profissional tenha possibilidade de ter mais de uma agenda no mesmo estabelecimento;

11.1.12.6.2 O sistema de agenda deve ser dividido por data, período e profissional;

11.1.12.6.3 O sistema deve permitir que cada agenda do profissional possa ter um tempo diferente entre consultas;

11.1.12.6.4 O sistema deve listar os horários da agenda com cores diferenciadas para as situações de: (Horário Disponível, Horário Indisponível, Paciente se encontra na unidade, Reservado, Agendado)

11.1.12.6.5 Para realização do agendamento o sistema deve permitir a seleção do horário que estiver disponível, do paciente, permitir a seleção do tipo de serviço que ele deseja realizar e campo para descrição de observação caso o usuário deseja informar;

11.1.12.6.6 O sistema de agenda deve permitir a função de reserva de agenda.

11.1.12.6.7 A reserva de agenda deve permitir que o usuário selecione um horário para bloqueio de agenda com horário de início e um horário fim. O bloqueio deve ser realizado em todo o intervalo de horários selecionado;

11.1.12.6.8 A reserva de agenda deve permitir que o usuário informe um motivo e descreva uma observação;

11.1.12.6.9 Após realizado a agendamento o sistema deve listar o horário como agendado, com cor específica, nome do paciente agendado para referido horário, telefone de contato visível no card, e observação indicada no momento do agendamento;

11.1.12.6.10 O card do horário agendado deve possuir função para visualizar o agendamento, que concede acesso as informações do próprio agendamento e lista na tela o histórico de agendamentos do paciente;

11.1.12.6.11 O card de agendamento deve possuir função para confirmar a chegada do paciente na unidade, que inclui o paciente direto na lista de atendimentos;

11.1.12.6.12 O card de agendamento deve possuir função de informar a falta do cidadão;

11.1.12.6.13 Em caso de não comparecimento no horário marcado o sistema deve informar a falta do cidadão automaticamente;

11.1.12.6.14 O sistema deve permitir que o agendamento seja excluído, mas que no horário fique o registro da exclusão do mesmo;

11.1.12.7 Acolhimento/Triagem:

11.1.12.7.1 O acolhimento do paciente deve ser função exclusiva e destacada com ícone ou botão próprio para utilização na lista de atendimento, geralmente utilizado por enfermeiros ou técnicos de enfermagem;

11.1.12.7.2 Na tela de acolhimento o sistema deve obrigatoriamente conter tela de histórico geral do paciente, mostrando todo o histórico de atendimento do paciente;

11.1.12.7.3 O sistema deve obrigatoriamente destacar, em campo específico na tela de acolhimento as comorbidades e alergias do cidadão;

11.1.12.7.4 O sistema deve obrigatoriamente permitir o cadastro de alergias e/ou comorbidades na própria tela de acolhimento, sem necessidade de sair da mesma;

11.1.12.7.5 Na tela de histórico geral o usuário deve poder visualizar alergias e comorbidades do paciente de forma destacada, em campo específico;

11.1.12.7.6 O histórico deve se dar por meio de linha do tempo trazendo todos os atendimentos por ordem cronológica decrescente (Do mais recente para o mais antigo);

11.1.12.7.7 O histórico deve sinalizar por data e hora de atendimento, constando o profissional, CBO (Classificação Brasileira de Ocupação), unidade onde aconteceu o atendimento;

11.1.12.7.8 O histórico deve conter informações compatíveis com o grau de acesso do usuário;

11.1.12.7.9 O sistema deve possuir campo de pesquisa no histórico por CID, profissional ou estabelecimento;

11.1.12.7.9.1 O sistema deve possuir campo para registro de CIAP2 (Classificação Internacional de Atenção Primária2) em campo de motivo de consulta do paciente, podendo desativá-lo conforme necessidade da unidade utilizadora. O sistema deve possuir inserir no mínimo 3 (três) CIAP2;

11.1.12.7.10 Possuir campo de texto para registro de informações da queixa do paciente/motivo da consulta. O campo de texto deve possuir ferramentas de configuração de fonte e alinhamento;

11.1.12.7.11 Possuir campo para registro de sinais vitais com no mínimo (Peso, Altura, Pressão Arterial, Frequência Respiratória, Frequência Cardíaca, Temperatura, Saturação, Glicemia);

11.1.12.7.12 Quando preenchido os sinais vitais como Aferição de Pressão, Peso e Altura, Aferição de Temperatura, o sistema deve gerar automaticamente os procedimentos de faturamento do SUS;

11.1.12.7.13 Possuir campo para registro de Perímetro da panturrilha, perímetro cefálico, circunferência de braço, escala de Glasgow;

11.1.12.7.14 Possuir campo para registro da classificação de risco do paciente definida em escala de cores, possuindo no mínimo 5 cores (Azul, Verde, Amarelo, Laranja, Vermelho);

11.1.12.7.15 Possuir campo de desfecho do atendimento para seleção de informações de alta ou retorno;

11.1.12.7.16 O sistema deve possibilitar dentro da tela de acolhimento, em função específica, realizar o agendamento da consulta futura do paciente;

11.1.12.7.17 O sistema deve permitir no momento do acolhimento a impressão da Declaração de Comparecimento;

11.1.12.8 Atendimento:

11.1.12.8.1 A função atendimento do paciente deve ser função exclusiva e destacada com ícone ou botão próprio para utilização na lista de atendimento;

11.1.12.8.2 Na tela de atendimento o sistema deve obrigatoriamente conter tela de histórico geral do paciente;

11.1.12.8.3 Na tela de histórico geral o usuário deve poder visualizar alergias e comorbidades do paciente de forma destacada, em campo específico;

11.1.12.8.4 O histórico deve se dar por meio de linha do tempo trazendo todos os atendimentos por ordem cronológica decrescente (Do mais recente para o mais antigo);

11.1.12.8.5 O histórico deve sinalizar por data e hora de atendimento, constando o profissional, CBO (Classificação Brasileira de Ocupação), unidade onde aconteceu o atendimento;

11.1.12.8.6 O histórico deve conter informações compatíveis com o grau de acesso do usuário;

11.1.12.8.7 O sistema deve possuir campo de pesquisa no histórico por CID, profissional ou estabelecimento;

11.1.12.8.8 O sistema deve permitir o cadastramento e visualização de forma destacada de alergias e comorbidades;

11.1.12.8.9 O sistema deve obrigatoriamente permitir o cadastro de alergias e/ou comorbidades na própria tela de acolhimento, sem necessidade de sair da mesma;

11.1.12.8.10 O sistema deve permitir a visualização do histórico de sinais vitais em campo específico sem necessidade de navegar pelo histórico do paciente;

11.1.12.8.11 O sistema deve permitir a visualização do histórico da evolução do paciente de maneira “corrida” na própria tela de atendimento, exibindo-a em campo específico e de maneira destacada evitando a necessidade de pesquisa no histórico geral;

11.1.12.8.12 O sistema deve possuir campo de CIAP2 para registro de motivo da consulta/queixa;

11.1.12.8.13 Possuir campo de texto para registro da anamnese/evolução em modelo de caixa de texto simples ou modelo SOAP (com campo texto separado para cada um);

11.1.12.8.14 O sistema deve permitir o cadastro de evoluções padrão, permitindo selecioná-las de maneira que autopreenchem o campo anamnese/evolução;

11.1.12.8.15 Possuir campo destacado para inclusão de CID10 e CIAP2 referente ao diagnóstico do atendimento, permitindo incluir minimamente 3 (três) CID's;

11.1.12.8.16 Permitir que o sistema identifique automaticamente os CID's relacionados a comorbidades, que quando adicionados sejam inclusos automaticamente na lista de comorbidade ativa do paciente;

11.1.12.8.17 Possuir campo para registro de sinais vitais com no mínimo (Peso, Altura, Pressão Arterial, Frequência Respiratória, Frequência Cardíaca, Temperatura, Saturação, Glicemia);

11.1.12.8.18 O sistema de registro de atendimento deve seguir a ordem de informações mínimas na tela de registro, conforme raciocínio clínico sendo: Informações de cadastro do cidadão, Campo de Alergias, Campo de Comorbidades, Campo de histórico completo, Campos de queixas e anamnese/evolução do paciente, Campo de registro de procedimentos, Campo de condutas, Campo de desfecho do atendimento (com possibilidade de indicar participação de outro profissional no atendimento). Esta ordem obedece ao raciocínio clínico ágil dos profissionais sugerido pelos profissionais municipais;

11.1.12.8.19 O sistema deve possuir configuração de ordem de exibição e registro de informações do atendimento, permitindo que se configure a ordem, exibição e obrigatoriedade dos campos acima conforme necessidade de cada unidade de saúde;

- 11.1.12.8.20 O sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o agendamento do paciente na própria tela de atendimento;
- 11.1.12.9 O sistema deve possuir funcionalidade de criação de receituários;
- 11.1.12.9.1 O sistema deve possuir tela específico de receituário, onde no topo é obrigatório campo destaque que exiba as alergias do paciente;
- 11.1.12.9.2 O sistema na tela de receituário deve possuir o histórico das últimas receitas criadas a partir do sistema;
- 11.1.12.9.3 O sistema deve mostrar o histórico dos receituários do paciente permitindo a duplicação das receitas;
- 11.1.12.9.4 O sistema deve possuir campo de seleção do medicamento que deve estar integrado a farmácia e deve exibir se o medicamento está disponível ou não na farmácia para retirada;
- 11.1.12.9.5 O sistema, conforme o usuário seleciona os itens para realização do receituário, o próprio sistema de maneira automatizada deve realizar a junção de receitas por tipo de receita, separando as de uso contínuo, imprimindo os grupos de itens selecionados conforme tipo de receita;
- 11.1.12.9.6 O sistema deve sugerir a posologia do medicamento conforme as mais utilizadas pelo profissional;
- 11.1.12.9.7 O sistema deve permitir a emissão de receita digital, assinada eletronicamente no padrão ICP-Brasil, conforme requisitos de validação <https://validar.it.gov.br/>
- 11.1.12.9.8 O sistema deve possuir mecanismo de renovação de receita, em campo externo ao prontuário, que demonstre receitas de uso contínuo prestes a vencer e permita realizar a renovação;
- 11.1.12.9.9 O sistema deve possuir plataforma que permita a validação e anotação de dispensação da medicação, podendo ser utilizada pelo sistema público ou privado;
- 11.1.12.10 O sistema deve permitir a criação de encaminhamentos dentro do padrão de aceitabilidade das instituições de saúde, contendo as informações de: Especialidade, complemento da especialidade, hipótese diagnóstica (relacionado a um CID10), Entidade, classificação de risco (Eletivo, Prioritário, Urgência, Emergência), campo para descrição do motivo do encaminhamento, campo para descrição de observação;
- 11.1.12.10.1 O sistema deve permitir visualizar o histórico de encaminhamentos do paciente;
- 11.1.12.11 O sistema deve permitir a criação de requisições de exames;
- 11.1.12.11.1 O sistema deve permitir a criação de grupos de exames pré-cadastrados, permitindo a seleção dos mesmos por caixas de seleção facilitando o processo;
- 11.1.12.11.2 O sistema deve permitir criar uma solicitação com vários exames cuja nomenclatura deve seguir a tabela SIGTAP;
- 11.1.12.11.3 O sistema deve possuir no processo de requisição as seguintes informações: CID10 da requisição, justificativa da requisição para realização dos exames, campo de texto para observação;
- 11.1.12.11.4 O sistema deve realizar a separação de solicitações de exame por subgrupo de procedimento conforme tabela SIGTAP, separando os mesmos em tela após solicitação para fácil visualização do profissional.

11.1.12.11.5 O sistema deve imprimir separadamente os exames conforme subgrupo de procedimento segundo tabela SIGTAP, separando por exemplo ultrassonografia de exames laboratoriais;

11.1.12.11.6 O sistema deve possuir configuração que seja possível marcar no código do procedimento qual exame deve imprimir a requisição no modelo BPA-I, desta forma quando selecionado exame correspondente, o próprio sistema deve realizar a separação e impressão no modelo adequado;

11.1.12.11.7 O sistema deve separar os exames de BPA-I conforme subgrupo da tabela SIGTAP automaticamente, permitindo que seja impresso até 3 (três) exames do tipo BPA-I por requisição do mesmo subgrupo;

11.1.12.12 O sistema deve permitir a criação de prescrições;

11.1.12.12.1 O sistema deve permitir que o usuário crie prescrições de medicação, exames, procedimentos e rotinas do paciente;

11.1.12.12.2 As prescrições devem permitir que o usuário prescreva administração de medicamentos, soluções, rotinas ou cuidados de pacientes que necessitam permanecer em observação na unidade;

11.1.12.12.3 A prescrição no caso de medicamentos e soluções deve permitir que o usuário selecione medicamentos diretamente do estoque da unidade, selecione a diluição (pré-cadastrado), permita imprimir ficha de prescrição do paciente;

11.1.12.12.4 A prescrição no caso de medicamentos e soluções deve criar de maneira automática os horários de aplicação ou “checagem” conforme a frequência e horário de início indicado pelo usuário;

11.1.12.12.5 No caso de criação prescrição, o sistema deve permitir que os profissionais da unidade realizem a “checagem” ou aplicação da medicação, dando baixa do item checado (no caso de medicamento) do estoque e registrando o horário de aplicação;

11.1.12.12.6 A prescrição deve permitir duplicação pelo usuário;

11.1.12.12.7 A prescrição deve ser suspensa automaticamente no horário de troca de plantão ou em horário de suspensão configurado pelo usuário;

11.1.12.12.8 Em caso de alta do paciente, o sistema deve avisar caso haja prescrições “em aberto”, ou seja, não aplicadas ou “checada”;

11.1.12.12.9 O sistema deve enviar a prescrição automaticamente para farmácia, permitindo que a separação de medicamentos seja executada;

11.1.12.12.10 O sistema deve permitir que a baixa das medicações da farmácia seja realizada por meio de “bipagem” via código de barras;

11.1.12.13 O sistema deve permitir o registro e emissão de atestados;

11.1.12.13.1 O sistema deve ter a opção de registro de atestado do tipo texto livre;

11.1.12.13.2 O sistema deve ter a opção de registro de atestado do tipo padrão, excluindo a necessidade da descrição de todo texto informando apenas a quantidade de dias e o CID10;

11.1.12.13.3 Em caso de preenchimento do campo CID10 pelo usuário o sistema deve automaticamente incluir no atestado o texto de autorização de informação de CID10 para assinatura do paciente;

11.1.12.14 O sistema deve permitir o cadastro de orientações em formato de texto livre que seja impresso com cabeçalho e rodapé timbrado do município conforme padrão disponibilizado;

11.1.12.15 O sistema deve possuir em todos os seus módulos de atendimento campo de registro de procedimentos que deve permitir o registro de procedimentos conforme o CBO vinculado ao seu usuário;

11.1.12.15.1 O sistema deve possuir campo de sugestão de procedimentos, facilitando o acesso dos profissionais. As sugestões devem ser pré-configuradas;

11.1.12.15.2 O sistema deve permitir a configuração de procedimento automática vinculado ao CBO do usuário, sendo assim, quando este usuário portando o CBO configurado abrir o atendimento, o sistema automaticamente deve lançar o procedimento configurado;

11.1.12.16 O sistema deve permitir a criação de formulários vinculados ao prontuário;

11.1.12.16.1 O sistema deve permitir o cadastro de formulários personalizados, estes formulários devem estar disponíveis dentro do prontuário. Os formulários devem possuir configuração que permita a geração de produção conforme o tipo de formulário.

11.1.12.17 O sistema deve possuir função de painel de chamado do paciente por voz, que realize o chamado do paciente em tela e direcione-o ao consultório qual está chamando;

11.1.12.18 Funções de prontuário específicas para unidades básicas de saúde;

11.1.12.18.1 O sistema deverá se utilizar de todas as funcionalidades mínimas do prontuário descritas acima além de:

11.1.12.18.2 Possuir na tela de atendimento, campo para registro de conduta, permitindo a indicação da conduta do atendimento, dispondo de no mínimo as seguintes opções: Retorno para consulta agendada, Retorno para cuidado continuado programado, Agendamento para grupos, Agendamento para NASF, Alta do episódio;

11.1.12.18.2.1 Os campos de conduta devem permitir ser configurados, se estão disponíveis ou não dependendo do estabelecimento de uso;

11.1.12.18.3 O sistema deve possuir ficha de puericultura para registro do acompanhamento de saúde da criança, contendo campos específicos de marcos de desenvolvimento da criança, permitindo o acompanhamento do desenvolvimento da criança no período de 15 dias a 30º Mês;

11.1.12.18.3.1 O sistema deve destacar quando um marco de desenvolvimento não foi atingido;

11.1.12.18.3.2 O sistema deve destacar automaticamente quando o atraso no desenvolvimento é informado através da avaliação fenotípica;

11.1.12.18.4 O sistema deve possuir função específica dentro da tela de atendimento para registro de pré-natal.

11.1.12.18.4.1 Em caso da seleção do CID10 ou CIAP que identifique que a paciente é gestante, o sistema deve abrir automaticamente campos específicos para registro do pré-natal;

11.1.12.18.5 O sistema deve possuir ficha para registro de antecedentes obstétricos;

11.1.12.18.6 O sistema quando utilizado em unidade básica de saúde deve possuir configuração de registro de procedimento automático, que seja incluído automaticamente o procedimento adequado para cada atendimento no momento da “abertura” do prontuário no sistema;

11.1.12.18.7 O sistema deve possuir dentro do prontuário, a ficha de consumo alimentar no padrão do ministério da saúde;



- 11.1.12.19 Funções de prontuário específicas para Policlínicas;
- 11.1.12.19.1 O sistema deverá se utilizar de todas as funcionalidades mínimas do prontuário descritas acima além de:
- 11.1.12.19.2 O sistema deve permitir a criação de formulários vinculados ao prontuário;
- 11.1.12.19.3 O sistema deve permitir o cadastro de formulários personalizados, estes formulários devem estar disponíveis dentro do prontuário. Os formulários devem possuir configuração que permita a geração de produção conforme o tipo de formulário.
- 11.1.12.20 Funções de prontuário específicas para Registro odontológico;
- 11.1.12.20.1 O sistema deverá se utilizar de todas as funcionalidades mínimas do prontuário descritas acima além de:
- 11.1.12.20.2 O odontograma deve possibilitar a utilização de mapa de ações, contendo histórico das ações realizadas e à realizar, permitindo a atualização no odontograma das ações realizadas em cada consulta;
- 11.1.12.20.3 O sistema deve possibilitar que o usuário adicione informações de procedimentos realizados através da seleção de dente, coroa, raiz pelo próprio odontograma;
- 11.1.13 Licença de software de gestão de estoques para gestão de Farmácia Municipal, Almoxarifado da Saúde e Empréstimos:
- 11.1.13.1 O sistema de farmácia e almoxarifado deve reunir as funcionalidades de Estoque, item, estoque mínimo, movimentação de estoque, lista de abastecimento e controle de licitação de itens para utilização no módulo de farmácia e almoxarifado com o objetivo da gestão de estoques;
- 11.1.13.2 Estoque:
- 11.1.13.2.1 O sistema deve permitir o cadastramento de estoques por estabelecimento, ou seja, um estabelecimento pode possuir vários estoques.
- 11.1.13.2.2 Cada estoque deve permitir que sejam atribuídas configurações individuais como por exemplo quantidade mínima do item no estoque, que pode ser diferente para o mesmo item em outro estoque.
- 11.1.13.2.3 O sistema deve permitir que a configuração de acesso ao estoque seja atribuída por usuário individualmente, garantindo que apenas usuários com permissão consigam ter acesso e movimentar estoque mesmo que ambos estejam dentro do mesmo estabelecimento;
- 11.1.13.2.4 O sistema de estoque deve permitir o armazenamento de itens de diversos tipos (Medicamento, Material, Equipamentos, Órteses, Próteses, Insumos etc.) conforme a configuração;
- 11.1.13.2.5 O estoque deve permitir o agrupamento de itens por grupo;
- 11.1.13.2.6 O sistema deve permitir o controle de entradas, transferências, saídas e ajuste de estoque;
- 11.1.13.2.7 Em caso de o item ser do tipo medicamento as regras de entrada, transferência e saída devem seguir as normas da portaria 344 da vigilância sanitária ou outra que vir a substituí-la.
- 11.1.13.3 Item:
- 11.1.13.3.1 O sistema deverá permitir o cadastro de item de maneira genérica no sistema;
- 11.1.13.3.2 O sistema deve permitir a configuração do tipo de item, minimamente configurado como (Medicamento, Material, Equipamento, Órtese, Prótese, Insumo, Hemocomponente, Dieta);



- 11.1.13.3.3 Os itens devem conter unidade de medida;
- 11.1.13.3.4 O sistema deve permitir que um item seja vinculado a um grupo;
- 11.1.13.3.5 O sistema deve permitir a criação, pelo próprio usuário, de grupos de itens;
- 11.1.13.3.6 Os grupos de itens são utilizados para não somente, mas minimamente para emissão de relatórios por grupo de item;
- 11.1.13.3.7 O item deve possuir no seu cadastro geral a opção de ser fracionável ou não;
- 11.1.13.3.8 Em caso de o item não ser fracionável o sistema só deve permitir a dispensação de múltiplos da quantidade cadastrada como
- 11.1.13.3.9 Em caso de o item ser do tipo medicamento:
- 11.1.13.3.10 O sistema deve permitir o cadastro da via de administração;
- 11.1.13.3.11 O sistema deve permitir o cadastro de programa de saúde;
- 11.1.13.3.12 O sistema deve permitir o vínculo do item com um tipo de receita (o sistema deve possuir os tipos de receita já cadastrados);
- 11.1.13.3.13 O sistema deve possuir configuração da quantidade máxima unitária permitida na dispensação do item conforme o tipo de receita;
- 11.1.13.3.14 O sistema deve permitir a vinculação dos materiais do item, utilizado para cadastramento de itens (pré-cadastrados) como seringa, agulha, etc;
- 11.1.13.3.15 O sistema deve permitir o vínculo com o código CATMAT;
- 11.1.13.3.16 O sistema deve permitir o vínculo com o código bionexo;
- 11.1.13.3.17 O sistema deve permitir o vínculo do item com um DCB;
- 11.1.13.3.18 O item deve possuir uma localização (Utilizado para informar em qual espaço, prateleira, caixa ou cesta que está armazenado);
- 11.1.13.4 Diluição Do Item:
- 11.1.13.4.1 O sistema deve permitir o cadastro de diluições do item;
- 11.1.13.4.2 A diluição deve agrupar itens necessários (pré-cadastrados) para diluição do item em questão;
- 11.1.13.4.3 O sistema deve automaticamente no caso de seleção do item em questão, informar que o item possui diluição e mostrar os itens quais estão relacionados para realização da diluição;
- 11.1.13.4.4 A diluição deve ser apresentada no momento de prescrição do item no módulo de prontuário, no momento de aplicação ou aprazamento no módulo de enfermagem, no momento de realização da separação e dispensação do item no módulo de farmácia;
- 11.1.13.5 Estoque Mínimo:
- 11.1.13.5.1 O sistema deve permitir o cadastro de uma quantidade mínima do item por estoque, podendo o mesmo item ter quantidades mínimas diferentes em cada estoque;
- 11.1.13.5.2 A quantidade mínima deve ser em valores inteiros;
- 11.1.13.5.3 O sistema deve ter uma configuração por estoque da margem de proximidade (informada por porcentagem) que o sistema deve avisar o usuário quando a margem de proximidade do estoque mínimo for atingida;
- 11.1.13.6 Movimentação De Estoque:
- 11.1.13.6.1 O sistema deve permitir a entrada por meio de XML da nota fiscal, importando todas as informações da nota: Data de emissão da nota, Nº série da nota, número da nota, valor total da nota, nome do fornecedor, CNPJ do fornecedor, código do item, nome/descrição do item, lote, fabricante/laboratório, quantidade, unidade, valor unitário, valor total e CÓDIGO DE BARRAS;



11.1.13.6.2 O sistema deve permitir a entrada por meio manual com as informações mínimas de: Data de emissão da nota, N° série da nota, número da nota, valor total da nota, nome do fornecedor, CNPJ do fornecedor, código do item, nome/descrição do item, lote, fabricante/laboratório, quantidade, unidade, valor unitário, valor total e CÓDIGO DE BARRAS, localização do item no estoque, quantidade por unidade;

11.1.13.6.3 A quantidade por unidade representa a quantidade de itens por caixa/pacote, ou ml por frasco no caso de necessidade de controle de dispensação fracionada;

11.1.13.6.4 Após a realização da entrada o item deve ficar imediatamente disponível no estabelecimento informado na entrada;

11.1.13.6.5 O sistema deve permitir a realização de transferências entre estabelecimentos e estoques conforme o seguinte fluxo;

11.1.13.6.6 Requisição de abastecimento: A unidade com necessidade deve solicitar a partir do sistema os itens quais tem necessidade de abastecimento. Na solicitação a unidade deve selecionar o estabelecimento e o estoque, além de informar os itens e quantitativos que deseja;

11.1.13.6.7 A unidade que recebe o pedido deve ser avisada por meio de notificação da solicitação de abastecimento; Para atender a demanda solicitada a unidade solicitante deve ter a possibilidade de visualizar em tela os itens solicitados, como também sua quantidade em estoque e a quantidade atual do estoque do solicitante; A unidade que recebe o pedido deve atender a solicitação informando a quantidade a ser transferida que pode não ser igual a quantidade solicitada; Ao atender o pedido a unidade solicitante deve receber a notificação de pedido atendido e deve confirmar o recebimento dos itens em seu estoque;

11.1.13.6.8 O sistema deve ter a funcionalidade de aceitação automática configurável de itens no estoque, excluindo a necessidade de confirmação de recebimento dos itens;

11.1.13.6.9 O sistema deve ter a funcionalidade de transferência para uso próprio, que determina que no momento da transferência o estoque destino receba automaticamente e dispense para “uso próprio” retirando os itens do estoque.

11.1.13.6.10 O sistema deve permitir a transferência de estoques inteiros entre os estoques cadastrados no sistema;

11.1.13.6.11 O sistema deve ter função de cálculo de demanda automática, onde o usuário irá configurar os parâmetros de cálculo e o sistema irá sugerir a quantidade a ser requisitada;

11.1.13.6.12 Os parâmetros de cálculo disponível deverão ser no mínimo de: Média de consumo por dia e mês, média de consumo por período,

11.1.13.6.13 O sistema deve permitir a criação da requisição a partir de uma lista de abastecimento;

11.1.13.6.14 O sistema deve permitir realizar o ajuste de estoque conforme a necessidade do usuário, permitindo a realização do estoque por item, com adição ou subtração do estoque;

11.1.13.6.15 O sistema deve conter tipos de ajuste de estoque;

11.1.13.6.16 O sistema deve conter campo destinado a descrição de observação para ajuste de estoque, mesmo que não obrigatório;



- 11.1.13.6.17 No caso de ajuste de estoque do tipo vencimento, para itens do tipo medicamento o sistema deve gerar a guia de vencimento conforme modelo a ser disponibilizado pelo município;
- 11.1.13.6.18 O sistema deve permitir a dispensação de itens, conforme a regra de cada departamento ou módulo do sistema;
- 11.1.13.6.19 A dispensação de medicamentos do sistema deve ser realizada conforme os seguintes parâmetros
- 11.1.13.6.20 Solicitar o nome do paciente no momento da dispensação;
- 11.1.13.6.21 Exibir o histórico de retirada de medicamentos de todos os estabelecimentos, setores ou estoques do paciente selecionado contendo a data o item a quantidade retirada do item e o lote;
- 11.1.13.6.22 Possuir configuração de tempo mínimo de antecedência para novas retiradas de medicação;
- 11.1.13.6.23 A configuração deve impedir que o usuário consiga realizar a dispensação caso o tempo mínimo de antecedência não tenha sido atingido;
- 11.1.13.6.24 Solicitar o nome do profissional prescriptor do receituário (que deve estar previamente cadastrado);
- 11.1.13.6.25 Solicitar o estabelecimento prescriptor, que pode fazer parte da rede de saúde municipal ou não, sendo identificado no sistema pelo CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde);
- 11.1.13.6.26 O sistema deve possuir na tela de dispensação campo para informação de quem está retirando a medicação, podendo ser o próprio paciente ou um terceiro;
- 11.1.13.6.27 No caso de um terceiro o sistema deve permitir o registro do nome e de alguma informação documenta;
- 11.1.13.6.28 O sistema deve permitir a inserção dos itens do paciente por receita, informando o medicamento, selecionando o lote, a quantidade a ser dispensada, a quantidade prescrita, onde o sistema deve realizar o cálculo e informar automaticamente qual a data de término do item;
- 11.1.13.6.29 O sistema deve permitir marcar se o item é de uso contínuo do paciente;
- 11.1.13.6.30 O sistema deve permitir realizar o cadastro de demanda reprimida, onde permite o cadastro de itens que não estão disponíveis no estoque, vinculados ao paciente que veio em busca da do item e o setor;
- 11.1.13.6.31 O sistema deve permitir a utilização de leitor de código de barras uso na dispensação dos itens;
- 11.1.13.6.32 O sistema deve permitir a geração de etiquetas com código de barras para por lote/Nº série e item;
- 11.1.13.6.33 O sistema deve permitir a impressão de recibo de entrega do medicamento no momento da dispensação do item conforme modelo repassado pelo profissional;
- 11.1.13.7 Lista De Abastecimento:
- 11.1.13.8 O sistema deve permitir a criação de lista de abastecimento para facilitar a criação de requisições de abastecimento. A lista é um conjunto de itens pré-definido que conforme selecionado carrega os itens e os respectivos valores de abastecimento conforme método de cálculo selecionado;
- 11.1.13.9 A lista deve ser nomeada conforme necessidade do usuário;
- 11.1.13.10 No momento da criação da lista o sistema deve permitir vincular os diversos tipos de itens;

11.1.13.11 A lista deve ser vinculada ao setor, evitando que uma lista apareça para um setor que não a utiliza;

11.1.14 Licença de software de gestão de transportes e logística de viagens para tratamento fora de domicílio;

11.1.14.1 O sistema deve permitir a gestão do transporte dos pacientes dentro e fora do município, com o objetivo de realizar o controle logístico, de lotação dos veículos, controle e registro de informações de viagem e veículo, de motorista viagem e veículo, controle de despesas e custos envolvidos;

11.1.14.2 O sistema deve permitir o cadastramento de veículos contendo placa, chassi, categoria de habilitação necessária para condução, capacidade máxima, marca, modelo, tipo de combustível;

11.1.14.3 O sistema deve permitir o cadastramento de motoristas contendo nome, N° da CNH, data validade CNH, categoria da CNH;

11.1.14.4 O sistema deve permitir o cadastro de local de embarque ou ponto de embarque que deve ser identificado com uma descrição e um endereço;

11.1.14.5 O sistema deve permitir o cadastro de destinos que devem possuir nome e endereço;

11.1.14.6 O sistema deve permitir a criação de lista de necessidade de transporte onde, o usuário do sistema cadastra o paciente a qualquer tempo numa lista de necessidade de transporte, onde a lista deve agregar os dados do paciente e da sua viagem necessária.

11.1.14.7 A lista deve armazenar todas as informações de todos os pacientes que têm necessidade de transporte agrupado por data e cidade destino;

11.1.14.8 A lista deve permitir que no momento da criação da viagem sejam selecionados pacientes por meio de caixa de seleção para incluí-los em uma viagem;

11.1.14.9 O sistema deve permitir criar viagens incluindo o veículo, motorista compatível com veículo e cidade destino;

11.1.14.10 O sistema deve permitir que uma viagem possua mais de um motorista e mais de um destino;

11.1.14.11 Os pacientes devem ser adicionados à viagem a partir da lista de necessidade de transporte ou manualmente pelo usuário;

11.1.14.12 O sistema deve realizar a geração de roteiros que deve conter no mínimo: data e hora de saída da viagem, veículo e placa, motorista, origem da viagem (cidade), campo para marcação de km inicial e final, identificação dos passageiros por nome, idade, CPF, telefone celular, local de embarque, local destino, hora de consulta no local destino, permitir a inclusão de acompanhante (o sistema deve permitir a inclusão de mais de um acompanhante por passageiro);

11.1.14.13 O sistema ainda deve ter módulo de custos por viagem e veículo, sendo na viagem permitido relacionar despesas de viagem como por exemplo, combustível, alimentação, diária, e veículo sendo manutenções, mão de obra, lavagens documentações etc.;

11.1.14.14 O sistema deve realizar validação de CNH por veículo, só permitindo a seleção de motoristas para a viagem de acordo com a CNH exigida pelo veículo;

11.1.14.15 O sistema deve permitir a gestão das viagens podendo rastrear internamente as informações de: Pacientes por viagem, motoristas por viagem, veículo por viagem, veículos por motoristas, motoristas por viagem,



- 11.1.14.16 O sistema deve realizar o gerenciamento de horas extras por viagem e motorista conforme os horários de saída e chegada dos veículos;
- 11.1.15 Licença de software de gestão de autorização de benefícios;
- 11.1.15.1 O sistema de fornecimento de benefícios deve permitir a gestão de liberação de guias de autorização de procedimentos ou outros tipos de benefícios aos pacientes (órteses, próteses, auxílios financeiros, insumos de saúde);
- 11.1.15.2 O sistema deve permitir o cadastro de benefícios a serem liberados não se limitando, mas minimamente a todos os procedimentos da tabela SIGTAP;
- 11.1.15.3 O sistema deve permitir a gestão de saldo financeiro para liberação do benefício que deve ser dividido em:
 - 11.1.15.4 Saldo do contrato;
 - 11.1.15.5 Saldo da competência;
 - 11.1.15.6 Saldo do item;
- 11.1.15.7 O sistema deve descontar cada saldo imediatamente quando liberado a guia;
- 11.1.15.8 O sistema deve permitir a liberação de vários benefícios na mesma guia;
- 11.1.15.9 No momento da liberação da guia, o usuário deve ter disponibilidade de verificar em tela o último “benefício” disponibilizado ao paciente;
- 11.1.15.10 O sistema deve permitir o controle de valor disponibilizado por estabelecimento/setor e usuário;
- 11.1.16 Licença de software de gestão de Sala de Vacinas;
- 11.1.16.1 O sistema de gestão de vacinação deve permitir o cadastramento de fabricantes de imunobiológicos;
- 11.1.16.2 O sistema de vacinação deve permitir o cadastramento de lotes de imunobiológicos;
- 11.1.16.3 O sistema de vacinação deve permitir o cadastro de aplicação de vacinação no padrão da ficha CDS atualizada;
- 11.1.16.4 Para aplicação do imunobiológico o sistema deve permitir a seleção do cidadão, deve permitir a marcação de gestante e puérpera quando cidadão for do sexo feminino, deve permitir informar o local de atendimento qual está realizando a aplicação da vacina, deve permitir selecionar o imunobiológico, a estratégia, grupo de atendimento, dose, lote e fabricante;
- 11.1.16.5 O sistema deve permitir o cadastro de registro anterior, utilizado para registrar vacinas realizadas em outros estabelecimentos ou em datas anteriores;
- 11.1.16.6 O sistema deve permitir a marcação de viajante para identificar aplicações de imunobiológicos em viajantes;
- 11.1.16.7 O sistema deve possuir calendário vacinal identificando na cor vermelha as vacinas atrasadas do paciente, em verde as realizadas;
- 11.1.16.8 O sistema deve permitir através do atendimento do paciente verificar o histórico de vacinação;
- 11.1.17 Licença de software de portal da transparência da saúde;
- 11.1.17.1 O sistema deve possuir página Web de livre acesso a população contendo:
 - 11.1.17.2 Ouvidoria on-line para cadastramento de dúvidas, denúncias, reclamações;
 - 11.1.17.3 local para divulgação de notícias, informes, portarias, galeria de fotos;
 - 11.1.17.4 Local para consulta de medicamentos da farmácia em tempo real;
 - 11.1.17.5 Local para consulta de viagens da saúde em tempo real;



- 11.1.17.6 Local para consulta de profissionais e seus horários de atendimento;
- 11.1.17.7 Local para consulta de filas de espera de consultas procedimentos e cirurgias;
- 11.1.17.8 Local para divulgação da vacinação do COVID-19, local para divulgação da testagem e vacinação da COVID-19 conectada com o sistema e-SUS AB para disponibilização das vacinações em tempo real;
- 11.1.18 Licença de gestão de visitas do Agente Comunitário de Saúde, com disponibilização de APP para registro de visitas;
- 11.1.18.1 O sistema deve permitir realizar o controle e gestão dos cadastros de individuais e domiciliares disponibilizando as fichas padrão do Ministério da Saúde;
- 11.1.18.2 O sistema deve permitir a criação da ficha de cadastro individual atrelada ao cadastro do cidadão;
- 11.1.18.3 O sistema deve permitir a criação da ficha de cadastro domiciliar atrelada a ficha de cadastro individual;
- 11.1.18.4 O sistema deve vincular o cadastro do imóvel ao chefe da família.
- 11.1.18.5 O sistema deverá obter o cadastro do imóvel a todos os dependentes da família;
- 11.1.18.6 O sistema deverá automatizar o processo de mudança de domicílio de maneira que, caso o chefe se mude, o próprio sistema deve perguntar qual a ação realizar com os demais indivíduos, fornecendo opções e permitindo que após a escolha das opções pelo usuário o próprio sistema realize a mudança nos outros indivíduos;
- 11.1.18.7 O sistema deve possuir aplicativo móvel que permita o cadastro e imóveis e indivíduos como também utilize a relação entre eles;
- 11.1.18.8 O sistema aplicativo deve possuir função de realização da visita domiciliar;
- 11.1.18.9 O sistema aplicativo deve no momento da criação de um domicílio capturar a geolocalização por satélite do domicílio ou local onde se encontra o ACS;
- 11.1.18.10 O sistema aplicativo deve registrar a localização por satélite do local onde foi realizado a atualização do indivíduo e do domicílio;
- 11.1.18.11 O sistema aplicativo deve registrar a localização por satélite do local onde foi realizado a visita domiciliar do ACS para com o indivíduo, ou visita periódica;
- 11.1.18.12 O sistema aplicativo deve funcionar sem necessidade da utilização da internet, permitindo a sincronização das informações com servidor;
- 11.1.18.13 O sistema deve ter função de visualização de inconsistências na sincronização;
- 11.1.18.14 O sistema deverá possuir relatórios de inconsistência de cadastros;
- 11.1.18.15 mapa digital;
- 11.1.18.16 O sistema deve exibir em mapa geoespacial para acompanhamento de informações capturadas pelo sistema;
- 11.1.18.17 O sistema minimamente deve permitir o da localização das famílias cadastradas, CID's registrados em prontuário, pacientes que usam medicação retirada na farmácia (por medicação), por grupo de condições de saúde, visitas realizadas pelo agente comunitário de saúde (por agente comunitário de saúde);

11.1.18.18 O sistema deverá exibir pontos de marcação no mapa inteligente conforme a seleção da informação desejada, e o sistema deve ser atualizado automaticamente conforme atualização do endereço dos cidadãos;

11.1.19 Painel de chamados eletrônicos por voz;

11.1.19.1 O sistema deverá dispor de painel de chamado eletrônico com voz, permitindo que cada profissional tenha a opção de chamar o paciente incluso na lista de atendimento disposto na fila de atendimento através do painel.

11.1.19.2 O painel deve realizar o chamado por meio de sinal de campainha seguido por voz informando o nome do paciente ou senha (disponibilizado por impressora térmica) e qual o consultório que este deve se dirigir.

11.1.19.3 O painel deve ter integração com todos os módulos do sistema permitindo que os pacientes contidos em sua lista de atendimento estão disponíveis de maneira automática na lista de chamados do painel para os profissionais em seus respectivos consultórios;

11.1.20 Licença de software de comunicação automática do paciente via WhatsApp;

11.1.20.1 O sistema deve permitir o disparo de mensagens via WhatsApp;

11.1.20.2 O sistema deverá permitir a configuração e personalização das mensagens utilizando textos personalizados e variáveis fixas que permitem automatizar a inclusão do paciente e outras características específicas de cada módulo;

11.1.20.3 O sistema deverá permitir a confirmação de agendamentos dos pacientes por meio de mensagem disparada no WhatsApp;

11.1.20.4 O sistema deverá realizar o aviso de agendamentos do paciente em todos os estabelecimentos configurados;

11.1.20.5 O sistema deverá realizar o aviso de cancelamento de agendamento em todos os estabelecimentos configurados;

11.1.20.6 O sistema deverá realizar o aviso de alteração do agendamento em todos os estabelecimentos configurados;

11.1.20.7 O sistema deverá realizar o aviso de disponibilização de resultado do exame após a coleta de exame ser realizada;

11.1.20.8 O sistema deverá realizar o aviso de exame laboratorial pronto, disponibilizando link para download do resultado do exame;

11.1.20.9 O sistema deverá realizar o aviso de proximidade do término de medicações de uso contínuo retirados na farmácia municipal;

11.1.20.10 O sistema deverá realizar o aviso de proximidade do vencimento da receita de uso contínuo criada no sistema;

11.1.20.11 O sistema deverá realizar o aviso de vacinação disponível quando o paciente entrar na faixa etária de vacinação;

11.1.20.12 O sistema deverá realizar o aviso de inclusão em viagem para execução de tratamento, informando o local de saída e horário;

11.1.20.13 O sistema deverá realizar o aviso de alteração ou cancelamento de viagem;

11.1.20.14 As mensagens deverão ser realizadas por meio de WhatsApp, podendo ser configuradas no caso do transporte e do agendamento de agendamento vários avisos, mediante configuração pelo próprio usuário específico para cada situação, podendo configurar para envio de x dias antes do evento, e x horas antes do evento;

11.1.20.15 Nos casos de agendamento o sistema deve permitir enviar a mensagem com indicação do estabelecimento, profissional e horário do agendamento de forma automática;

11.1.20.16 O sistema deve permitir a criação de mensagens personalizadas e envio por grupos personalizados de cidadãos, podendo buscar por grupo de acompanhamento de comorbidades, por sexo, faixa etária, bairro, microárea ou a junção de um filtro utilizando todos;

11.1.20.17 pesquisa de satisfação digital da saúde;

11.1.20.17.1 O sistema deve permitir a Criação de pesquisas personalizadas por estabelecimento/setor que serão enviadas por WhatsApp juntamente com link de pesquisa;

11.1.20.17.2 O sistema de pesquisa deve ser utilizado em ambiente web compatível com dispositivos mobiles;

11.1.20.17.3 O sistema de pesquisa deve ser fácil e intuitivo;

11.1.20.17.4 O sistema deve permitir o envio automático de pesquisas por WhatsApp ou sempre que algum cidadão terminar o atendimento no estabelecimento configurado;

11.1.20.17.5 O sistema deve permitir a configuração de regras para envio de pesquisas como por exemplo: (Tempo após realização da consulta, horários limite de envio, grupo ou idade de paciente que não deve realizar envio entre outros que possam ser solicitados pelo município);

11.1.20.17.6 O sistema deve disponibilizar os resultados em tempo real por meio de Dashboard dentro do sistema;

11.1.20.17.7 O sistema deve permitir filtrar os resultados por período, estabelecimento, equipe e profissional;

11.1.20.18 Licença de software de certificação eletrônica ICP-Brasil;

11.1.20.18.1 O sistema deve realizar a assinatura eletrônica com carimbo de tempo emitida por entidade competente e homologada, além da aplicação das regras e da ICP-Brasil e ITI para assinatura eletrônica de documentos, fornecendo documentos assinados eletronicamente dentro das normas legais com garantia de que não podem ser alterados por nenhuma outra forma;

11.1.20.18.2 O sistema deve permitir a emissão de receita, encaminhamento, atestado, solicitação de exames assinado eletronicamente no padrão ICP-Brasil pelo profissional através de certificado próprio do sistema ou através de anexo do certificado do tipo A1 do próprio profissional.

11.1.20.18.3 O sistema deve realizar a assinatura eletrônica dos prontuários conforme padrão ICP-Brasil.

11.1.20.18.4 A critério da comissão de avaliação poderá ser solicitado a validação de documentos emitidos no sistema por meio da plataforma <https://verificador.it.gov.br/verifier-2.8.1/> ;

11.1.20.18.5 O sistema deve armazenar os documentos assinados em dois servidores distintos para garantia de disponibilidade

11.1.21 Integrações;

11.1.21.1 CADWEB

11.1.21.1.1 O sistema deve realizar a integração com sistema CADWEB para importação de informações de cadastro dos indivíduos;

11.1.21.1.2 Integração com E-MAIL

11.1.21.1.3 O sistema deve realizar a integração com e-mail permitindo o envio de e-mail automático de notificações de casos adversos, carteira de vacinação atualizada; encaminhamentos, solicitações de exames;

11.1.21.2 Integração com sistema e-SUS AB PEC

11.1.21.2.1 O sistema deverá realizar sincronização com o sistema e-SUS AB já instalado no município possibilitando:

11.1.21.2.2 A importação ou consulta de informações diretamente do banco de dados do sistema e-SUS;

11.1.21.2.3 A integração deve permitir a emissão de relatórios complementares (não disponíveis no e-SUS), customizados e solicitados pelo município;

11.1.21.2.4 A extração de informações para composição do painel de comparação que permita visualização gráfica de informações de cadastros, de atendimento, de procedimento, de condição de saúde, de visita domiciliar, sendo possível comparar a produção enviada pelo sistema disponibilizado e a informação recebida pelo sistema e-SUS AB, promovendo a comparação para identificação de inconsistência de envios;

11.1.21.2.5 O sistema licenciado deve enviar de maneira automática as informações de produção para o sistema e-SUS AB ou e-SUS CENTRALIZADOR, podendo ser configurado a frequência (diária, semanal ou mensal), sem necessidade de interação humana;

11.1.21.3 BNDASAF

11.1.21.3.1 O sistema deve permitir o envio, consulta, exclusão de protocolos por meio de integração com o NOVO WEB SERVICE HÓRUS (PORTARIA Nº 938, DE 7 DE ABRIL DE 2017);

11.1.21.4 Outras integrações

11.1.21.4.1 O sistema deverá ter a possibilidade de integração com outras tecnologias, plataformas e suportes, que forem entendidas como necessárias durante a vigência do contrato, sempre levando em consideração as condições de plataforma, viabilidade e plausibilidade;

11.2 Realizar o apoio no processo de controle, avaliação e envio da produção do SUS;

11.2.1 A empresa vencedora deverá realizar o apoio mensal no que tange o processo de controle e avaliação de dados de produção do SUS.

11.2.2 Deverá a empresa vencedora avaliar e acompanhar mensalmente o registro de produção, auxiliando na identificação de falhas ou erros de registro de produção, como também na falta de registro da mesma.

11.2.3 Mensalmente a empresa vencedora deverá realizar a avaliação da produção e auxiliar o responsável municipal pelo envio, apoiando na correção de registros com erro, na atualização dos sistemas de envio de produção, e no acompanhamento da validação de produção, até a visualização da aceitação de produção nos sites afins do Ministério da Saúde.

11.2.4 A empresa vencedora deverá possuir conhecimento técnico para realização de instalação ou backup dos sistemas de controle e avaliação, auxiliando em situações que necessitem a reinstalação ou execução de backup dos mesmos.

11.2.5 A empresa deverá realizar a capacitação do profissional responsável pelo processo de controle e avaliação do município, capacitando-o para uso de todos os sistemas responsáveis pelo envio e também pelo processo de

transmissão da informação do sistema licenciado para os sistemas do ministério da saúde de maneira que haja validação;

12.AMOSTRA

12.1 O licitante vencedor deverá no prazo de 05 dias uteis, a contar da data que foi declarado vencedor, apresentar a prova de teste/demonstração técnica, a fim de verificar se as características do que foi proposto pelo licitante corresponde às especificações/características estabelecidas neste anexo.

12.2 A adjudicação do objeto ficará vinculada à aprovação da prova de teste/demonstração técnica apresentada pela empresa vencedora.

12.3 A análise será realizada pelos servidores das Secretarias de Saúde e de Assistência Social.

12.4 A data para demonstração técnica será definida entre a Secretarias de Saúde e a empresa vencedora.

Da apresentação e aprovação do software:

12.5. Para avaliação da proposta de trabalho e requisitos do software a comissão irá realizar prova de amostra de funcionalidades do software sendo que:

12.5.1. Após a classificação das licitantes, devera a licitante melhor classificada (VENCEDORA) procurar a Secretaria Municipal de Saúde no prazo de até 2 (dois) dias úteis para tomar informações de local e data para apresentação da amostra do software, cronograma de trabalho proposto, e demais informações;

12.5.2. A prova de conceito será realizada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após ser declarado vencedor;

12.5.3. A prova de conceito visa avaliar o cronograma de trabalho como também o software e suas funcionalidades;

12.5.3.1. Para avaliação das funcionalidades do software deverá a licitante VENCEDORA disponibilizar ambiente web próprio com uma base de demonstração;

12.5.3.2. A infraestrutura de internet será disponibilizada pela prefeitura municipal no dia da amostra de software;

12.5.3.3. Nem todos os itens serão avaliados uma vez que a essência dos sistemas de gestão de saúde são idênticas, devendo eles cumprir com layout de registro de informações que seja possível o envio de dados ao ministério da saúde, deste modo, suprimindo a necessidade de detalhamento de alguns itens deste edital;

12.5.3.4. A comissão de avaliação a seu critério selecionará itens e solicitará simulações de configurações, cadastros, processos de atendimento e funcionamento dos módulos que são mais importantes e estão fora dos padrões mínimos do ministério da saúde, de forma a atestar as funções aqui solicitadas;

12.5.4. As demais licitantes que quiserem participar da prova de conceito deverão buscar no prazo de até 2 (dois) dias úteis tomar informações de local e data da apresentação;

12.5.5. Serão somente admitidos um participante por empresa licitante, ressalvo a equipe vencedora que poderá participar com até 3 (três) participantes;

12.5.6. As demais licitantes que participarem o farão como espectadores, não podendo manifestar-se durante a sessão de amostra, como também não poderão

filmar, gravar, utilizar meios de comunicação durante a amostra, causar tumulto ou outra ação que prejudique a sessão;

12.5.7. A critério das empresas participantes da sessão de amostra de software, estas terão 2 (dois) dias úteis para interposição de recurso contra prova de conceito, que será julgada em até 5 (cinco) dias pela comissão de julgamento da prova de conceito;

12.5.8. Considerando que a equipe da prova de conceito será formada por profissionais técnicos de suas áreas dentro dos itens de avaliação da prova de conceito, a decisão por aceitação do software levará em conta requisitos técnicos da amostra, sendo ato administrativo discricionário sua aceitação e inquestionável por outros departamentos ou empresas participantes;

12.5.9. Em caso de não aprovação da licitante vencedora na amostra de software, esta será desclassificada, sendo chamada a próxima licitante classificada para o mesmo processo até que se tenha alguma licitante aprovada;

13.PROPOSTA

13.1 Serão desclassificadas as propostas que descumprirem o estabelecido no edital, bem como com valores acima do valor máximo previsto.

14.CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1 O julgamento no processo será o de menor preço por lote.

15.RECEBIMENTO

15.1 O objeto somente será recebido e considerado devidamente entregue, se aceito pela Secretaria de Saúde e de Assistência Social, e se estiverem de acordo com o solicitado.

16.PAGAMENTO

16.1 O pagamento dos serviços prestados mensalmente, serão feitos em moeda corrente, em parcelas sucessivas e mensais, em até 30 dias da prestação dos serviços e do recebimento da nota fiscal correspondente que deverão ser atestadas pelo órgão responsável.

16.2 O pagamento do serviço de implantação será realizado em até 30 dias após à implantação dos sistemas e recebimento da nota fiscal correspondente que deverão ser atestadas pelo órgão responsável.

17.CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

17.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

17.1.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela secretaria Sidonia Salete Cecon Merísio, matrícula 854/01, que atuara como representante institucional, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

17.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3 O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Cordilheira Alta 20 de dezembro de 2023

SIDONIA SALETE CECOM MERISIO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde e de Ass. Social

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023

ANEXO “B”

**MODELO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO E INFORMAÇÕES
COMPLEMENTARES**

Razão Social:
Nome Fantasia:
CNPJ:
Endereço completo:
Telefone:

Informo para os devidos fins, que os atos referentes ao pregão eletrônico nº ____/2023 poderão ser encaminhados para o endereço eletrônico _____, de titularidade do Sr./Sra. _____, telefone para contato _____, que será o preposto responsável para o recebimento de informações do referido procedimento licitatório.

No caso de haver alterações dos contatos indicados, estes deverão ser informados para os e- mails: compras@pmcordi.sc.gov.br; licitacoes@pmcordi.sc.gov.br.

_____, em ____ de _____ 2023.

_____ nome
e assinatura do responsável legal
(Número CPF)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023

ANEXO “C”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27,
DA LEI
8.666/93**

_____(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de menor aprendiz. ()

Local, _____ de _____ de 2023.

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023

ANEXO “D”

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO DA LEI Nº
10.520 (*)

(Nome do licitante) _____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

Local, _____ de _____ de 2023.

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023

ANEXO “E”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE
PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO.**

(Nome do licitante) _____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, DECLARA, que não possui em seu quadro, na função de diretor, assessor, conselheiro ou similares, servidores do Município de Cordilheira Alta, na forma do artigo 93 da respectiva Lei Orgânica.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2023.

nome e assinatura do responsável legal
(Número CPF)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023

ANEXO “F”

MINUTA CONTRATUAL - CONTRATO Nº. ____/2023

O _____, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n. _____, com sede na _____, neste ato representado por _____, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. _____, com sede na _____, representada por _____, inscrito(a) no CPF n. _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação 10/2023 modalidade Pregão ELETRÔNICO nº 06/2023, e que se regerá pela Lei n. 10.520/02 e 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PARA DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO/RECICLAGEM DOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA TECNOLOGIA PARA SAÚDE, LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA (GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA E MÉDIA COMPLEXIDADE) COM SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL E REMOTO.**

1.2. O edital e seus anexos são partes integrantes deste contrato como se transcritos fossem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

DETALHAMENTO DO OBJETO

Os sistemas deverão abranger todas as unidades da área de saúde, independentemente da localização das mesmas;

Os sistemas deverão abranger todos os servidores públicos municipais alocados na área da saúde e assistência social, em conformidade com as normativas CLT;

Prestação dos serviços necessários à implantação dos sistemas: levantamento de processos, análise da aderência, importação dos bancos de dados armazenados pelos sistemas utilizados atualmente, treinamento e configuração dos sistemas;

Prestação de serviços de manutenção e suporte que garantirão o funcionamento adequado e contínuo dos sistemas, suas atualizações, bem como o suporte necessário à plena utilização de todas as funcionalidades disponíveis. Os sistemas deverão abranger todas as unidades da área de saúde municipal, independentemente da localização das mesmas.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA SAÚDE

Os sistemas deverão ser desenvolvidos em plataforma compatível com a tecnologia utilizada pelo Município e serão entregues no âmbito do Município de Cordilheira Alta e disponibilizado para uso em todas as Unidades Assistenciais próprias e serviços contratados de maneira complementar, visando incremento de eficácia e eficiência no desempenho das atividades e alcance dos resultados esperados, na gestão dos recursos alocados, na busca da economicidade, da qualidade do atendimento prestado à população e na efetividade da gestão dos serviços de saúde no âmbito do Município.

Os sistemas deverão ser disponibilizados em sua totalidade em idioma Português Brasileiro e conter recursos necessários para que a Administração Pública obtenha a gestão completa dos processos administrativos, operacionais e estratégicos inerentes ao objeto. Para atender as necessidades municipais, o sistema deverá contemplar no mínimo, os seguintes módulos:

IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO DE SAÚDE

A empresa a ser contratada, além do fornecimento das licenças de uso dos Sistemas de Gestão da Saúde, deverá oferecer serviços correlacionados ao objeto contemplando: implantação, treinamento e suporte, conforme detalhamento seguinte:

- a. A implantação dos Sistemas de Gestão de Saúde não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento da Ordem de Compra, e será executada conforme cronograma proposto pela contratada para implantação do sistema contemplando, obrigatoriamente, todas as necessidades da produção de informações e indicadores necessários à gestão da saúde bem como a alimentação dos sistemas de informações do Ministério da Saúde e demais Órgãos Oficiais;
- b. Deverão ser realizadas todas as simulações pela empresa contratada em conjunto com a Contratante, em que deverá ser demonstrado o perfeito funcionamento dos sistemas, atendendo a legislação vigente;
- c. Como parte integrante do processo de implantação, a empresa contratada deverá ministrar treinamentos aos usuários dos sistemas, proporcionando condições plenas de utilização dos sistemas ofertados.

No caso de migração dos dados:

A migração dos dados cadastrais e informações do sistema em uso serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo os mesmos ser disponibilizados pela CONTRATANTE.

Não haverá custo para a contratante.

A CONTRATANTE deverá designar responsável pela validação dos dados migrados após a sua entrega, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados. Deverá compreender a conclusão da alimentação das bases de dados e tabelas para permitir a utilização plena de cada um dos módulos dos sistemas. O trabalho operacional de levantamento dos dados cadastrais que for necessário à implantação efetiva do Sistema é de responsabilidade da Contratante por meio de consulta ao sistema de Gestão existente.

TREINAMENTOS

A contratada deverá prover treinamentos aos usuários da solução e à equipe de informática das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social, de acordo com os requisitos e condições abaixo especificados.

Treinamento de usuários:

A empresa contratada deverá prover treinamento na operação e administração das soluções, respeitando aspectos técnicos- pedagógicos de acordo com o público-alvo, de forma que, ao final do curso, os profissionais treinados estejam aptos a utilizar todas as funcionalidades dos sistemas;

Os treinamentos deverão ser ministrados nas unidades assistenciais definidas, em dependências dotadas dos recursos de infraestrutura, hardware e software para a realização dos mesmos, incluindo a disponibilização de computadores, a cargo da contratante;

Os treinamentos deverão ser focados no funcionamento e operacionalização de cada módulo dos sistemas, com utilização de base de testes que permita a visualização e análise de todas suas funcionalidades;

A empresa deverá apresentar cronograma de realização do treinamento, para aprovação da contratante, que deverá ser concomitante com o período de migração definitiva dos dados para os novos sistemas.

A empresa deverá disponibilizar instrutores em número, competência e experiência profissional adequada ao treinamento a ser realizado, primando também pela padronização metodológica, didática e de conteúdo programático entre as turmas;

SUPORTE E MANUTENÇÃO

A contratada deverá prover serviços de suporte técnico e de manutenção (corretiva, evolutiva e legal) do software, a fim de garantir a plenitude operacional e o funcionamento satisfatório das soluções, conforme as atividades detalhadas a seguir:

SUPORTE TÉCNICO:

Os serviços de suporte técnico remoto, deverão ser oferecidos em ambiente da contratada e poderão ser acionados por meio de telefone ou e-mail, durante o período das 07:30hs às 11:30hs e das 13:00hs às 17:00hs. As consultas e solicitações efetuadas pelos usuários da solução deverão ser respondidas no prazo máximo de 24 horas, possibilitando a padronização dos serviços, agilidade na resolução de problemas e recuperação de falhas que por ventura venham a ocorrer nos softwares.

MANUTENÇÃO

A contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas, durante 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por período igual e sucessivo, até o limite legal, incluindo as seguintes atividades:

Manutenção corretiva: é aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo às telas, regras de negócio, relatórios e interfaces com outros sistemas, com prazo máximo de 15 dias para conclusão; o desempenho do sistema é considerado item de manutenção corretiva e quando classificado como crítico deverá ser corrigido no prazo de 24 horas.

Manutenção legal: em caso de mudança na legislação, banco de dados, sistemas operacionais, entre outros, será elaborada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação do sistema.

GARANTIA TECNOLÓGICA

A contratada deverá garantir a manutenção dos sistemas ofertados visando mantê-los em conformidade com a legislação, sem nenhum ônus adicional para a Contratante, durante a vigência do Contrato.

Ao final do contrato e não havendo interesse em renovação por parte desta Administração, a Contratada deverá disponibilizar através de arquivos .XML as informações geradas pelo sistema no banco de dados da Contratante e hospedado no datacenter da Contratada.

ESPECIFICAÇÕES DOS SISTEMAS DE SAÚDE

Os sistemas deverão atender obrigatoriamente todas as especificações abaixo relacionadas:

Requisitos mínimos exigidos pelo sistema:

Funcionamento em ambiente WEB;

O Sistema deve funcionar em ambiente 100% WEB, acessível pelos principais navegadores do mercado: Internet Explorer, Google Chrome, Safari, Opera e Mozilla Firefox, Microsoft Edge;

Não será permitida a utilização de software emuladores de terminal;

Padrão de interface do município;

O sistema deverá permitir a parametrização do layout das interfaces do município permitindo a adequação aos padrões de identidade visual do município em todas as interfaces da solução;

O sistema deve permitir a adequação do logotipo de cada estabelecimento em individual, permitindo que cada estabelecimento ou setor utilize um logo de sua preferência;

Perfil de acesso;

O sistema deve possuir perfis de acesso que são um conjunto de configurações de acesso que podem ser vinculadas a um ou mais usuários como por exemplo o perfil de RECEPÇÃO;

O perfil de acesso deve possuir regras de acesso que permitam o usuário a ver ou não informações, ter acesso ou não a funcionalidades específicas, criar, editar, visualizar ou excluir.

O sistema deve permitir a criação de perfis personalizados conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde;

Configuração de usuários;

O sistema deve permitir o cadastro de usuário, que são todos que possuem acesso ao sistema para que possam visualizar dados, incluir, editar ou excluir. Os usuários são separados por perfis de usuários que concedem acesso ao sistema conforme o nível do perfil de acesso;

O sistema deve permitir o cadastro do usuários contendo no mínimo, Nome, CPF, CNS, data de nascimento, Sexo, Conselho de Classe, Estado emissor, registro no conselho de classe, e-mail, Telefone, Endereço (Tipo De Logradouro, Logradouro, Número, Complemento, Bairro, Cidade, Estado, CEP);

O sistema deve permitir a criação de um login único no sistema que lhe dará permissão conforme seu perfil de acesso;



O sistema deve permitir o cadastramento de senha de acesso conforme o padrão do sistema, a senha do usuário deverá expirar conforme configuração do sistema;
O sistema deve permitir a seleção de um ou mais perfis de acesso (previamente cadastrados e configurados) para cada usuário, permitindo que seja selecionado o padrão (qual perfil padrão o sistema deve utilizar quando acessado);

O sistema deve permitir o vínculo do usuário junto ao estabelecimento, setor, equipe e função (CBO), podendo o seu vínculo ocorrer mais de uma vez no mesmo estabelecimento e setor com mudança do CBO;

O sistema deve permitir a mudança de vínculo do usuário com seu perfil ou estabelecimento sem que seja necessário fazer logout no sistema;

O sistema deve permitir que o usuário possua agenda exclusiva para cada vínculo criado, como também que cada vínculo permita configurar o intervalo de horários da agenda;

Para cada agenda criada o sistema deve permitir que o usuário crie os horários de atendimento de maneira personalizada dentro dos dias da semana, sendo possível duplicar os horários dentro da agenda;

Configuração de senha e login de usuário;

O sistema deve permitir que o administrador do sistema configure quais serão os requisitos utilizados para criação de senha como também do tempo que se expira a senha do usuário;

O sistema deve permitir a configuração de senha de usuário onde seja possível definir a quantidade de caracteres mínimos e máximos da senha, se exige caracteres especiais, se exige números, e se exige letra maiúscula;

O sistema deve permitir a configuração da quantidade de vezes que o usuário pode errar a senha até o login ser bloqueado;

O sistema deve permitir configurar o tempo em dias de inatividade para o sistema bloquear o usuário;

O sistema deve permitir configurar a quantidade de meses para expiração da senha, momento em que no próximo login o usuário irá inserir uma nova senha;

O sistema deve permitir que o login do sistema seja feito de maneira simples (somente usuário e senha), deve poder ser habilitado para que tenha autenticação de dois fatores enviando um código aleatório por meio do WhatsApp para o usuário inserir no momento do login e também permitir o uso do Captcha "Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart": um teste de desafio cognitivo, utilizado como ferramenta antispam;

O sistema deve permitir que o próprio usuário recupere sua senha utilizando uma autenticação por e-mail ou WhatsApp;

Configuração de profissionais;

O sistema deve permitir o cadastro de profissionais de saúde para utilizar em todas as rotinas do sistema que são necessárias como por exemplo: Selecionar o profissional no momento de um encaminhamento, selecionar o profissional como emissor de alguma receita, selecionar o profissional para realização de um atendimento entre outros;

O cadastro do profissional deve possuir os campos mínimos: Nome Completo, CPF, CNS, Data de Nascimento, Sexo, Conselho de Classe, Estado emissor, Registro no Conselho de classe, CBO (classificação brasileira de ocupação), e-mail, telefone, endereço residencial (Tipo De Logradouro, Logradouro, Número, Complemento, Bairro, Cidade, Estado, CEP);

O sistema deve permitir que seja marcado se este profissional é um profissional terceiro (que não atua junto a unidade de saúde municipal);

Configuração de Estabelecimento;

O sistema deve permitir o cadastro de estabelecimentos de saúde do município que podem possuir número de CNES ou não, como por exemplo: Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento, Unidades do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), Academias de Saúde, Hospitais, Clínicas, Farmácias e Almoxxarifados da Saúde dentre outros.

O Cadastro de estabelecimento deve permitir o cadastro de estabelecimentos públicos e privados com disponibilização dos campos mínimos: Nome, Tipo de Estabelecimento (Público e privado), Localização (Tipo De Logradouro, Logradouro, Número, Complemento, Bairro, Ponto De Referência, Cidade, Estado, CEP), lista de telefones permitindo o cadastro de mais de um número, lista de e-mails permitindo mais de um e-mail, responsável;

Configuração de Departamento/Setor:

O sistema deve permitir o cadastro de departamento/setores para garantir o adequado funcionamento em unidades mistas, que por exemplo podem no mesmo estabelecimento conter equipes de atenção básica e média complexidade. Assim o departamento/setor é considerado como um bloco de funcionamento dentro de um estabelecimento. O sistema deve permitir que um estabelecimento possua vários departamentos/setores. O departamento/setor deve permitir que sejam atribuídas configurações específicas para cada. As configurações não devem se limitar, mas minimamente deve ser possível realizar configurações de critérios de cadastro de paciente por estabelecimento, permitir que sejam atribuídas configurações de atendimento por setor, podendo um setor dentro de um estabelecimento ser da atenção básica e outro setor da média complexidade por exemplo;

Equipes:

O sistema deve permitir o cadastro do Equipes de Saúde com disponibilização dos campos mínimos: Nome, INE, Tipo de equipe, Telefone, localização (Vínculo com um estabelecimento de saúde), Profissionais vinculados (permitir o vínculo da equipe com os profissionais de acordo com manual do SCNES);

Cadastro de cidadão;

O sistema deve permitir o cadastro do cidadão/paciente;

O cadastro do cidadão deve ter ter identificador único no sistema;

O cadastro do cidadão deve ter um tipo (Cidadão, R/N, Viajante, Desconhecido, Morador de Rua);

O sistema deve conter os campos mínimos de:

- Nome completo;
- CNS;
- CPF;
- RG com data de expedição, UF, órgão emissor;
- Nome Social;
- Data de nascimento;
- Sexo;
- Raça/Cor;
- Estado Civil;
- Nome da mãe, com opção de marcação “desconhecido”;
- Nome do pai, com opção de marcação “desconhecido”;

- Equipe responsável (campo de autocompletar vinculado a equipe pré-cadastrado no sistema);
- Micro área com opção de marcação “Fora de área”;
- Nacionalidade dos tipos (Brasileira, Naturalizado, Estrangeiro)
- Quando nacionalidade for brasileira informar o município de nascimento (campo de autocompletar vinculado a equipe pré-cadastrado no sistema);
- Quando naturalizado informar portaria de naturalização e data de naturalização;
- Quando estrangeiro informar data de entrada no Brasil e país de nascimento (campo de autocompletar vinculado a equipe pré-cadastrado no sistema);
- Campo de telefone onde seja possível cadastrar mais de um telefone;
- Campo e-mail onde seja possível cadastrar mais de um e-mail;
- Campo endereço;
- O endereço deve dispor de CEP, Município, Bairro, Tipo de logradouro, Nome do logradouro, N° da residência, Complemento e Ponto de referência;

O sistema deve permitir o cadastro da ficha de cadastro individual padrão CDS atualizada na mesma tela de cadastro do paciente, evitando que o usuário mude de tela para completar as informações;

As configurações de obrigatoriedade de preenchimento dos campos devem ser definidas por setor ou estabelecimento, podendo ser diferentes em cada um deles; Ficha de cadastro simplificado – CDS;

O sistema deve possuir ambiente para registro de ficha de cadastro simplificado conforme padrão CDS atualizado, disponibilizado pelo ministério da saúde;

Ficha de cadastro individual;

Ficha de cadastro domiciliar;

Ficha atividade coletiva;

Ficha atendimento odontológico;

Ficha atendimento domiciliar;

Ficha atendimento individual;

Ficha de visita domiciliar;

Avaliação de elegibilidade;

Marcadores de consumo alimentar;

Ficha de procedimentos;

Ficha de microcefalia/zika;

Ficha de vacinação;

Prontuário Eletrônico Funcionalidades Mínimas;

O prontuário eletrônico do cidadão, também conhecido como PEC, deve reunir funções conforme o nível de complexidade de cada unidade de saúde que o utilizará, assim, não deve agregar apenas a função ou tela de registro do atendimento, mas todo o processo necessário para que o paciente possa ser atendido, como também que o processo de registro de produção do SUS seja atingido conforme o seu nível de complexidade;

O prontuário eletrônico compartilha funções mínimas, independente da unidade que o utilizar, mas também possui especificidades e funções que serão descritas em a parte, para utilização em unidades específicas conforme o grau de complexidade.

Funcionalidades mínimas do prontuário (compartilhadas indiferentemente do estabelecimento):

Lista de atendimento:



A lista de atendimento deve possuir minimamente: Nome do cidadão, horário de inclusão do paciente na lista de atendimento, tempo de espera por atendimento médico, tempo total na unidade de saúde, profissional responsável, setor, situação;

A lista de atendimento deve ser capaz de separar os pacientes que estão na recepção, aguardando por atendimento, em observação, internados, finalizados;

A lista de atendimento deve ser capaz de mostrar quantas prescrições estão em aberto para execução em cada paciente;

Possuir tela de inclusão do paciente que permita selecionar o serviço que o paciente procura no momento da inclusão, selecionando os serviços cadastrados no estabelecimento;

Possuir tela de inclusão que permita buscar paciente por nome, CPF/CNS ou data de nascimento;

Possuir tela de inclusão que permita no momento da busca visualizar os resultados de busca minimamente: Nome do paciente, CPF, CNS, Data de Nascimento, Nome da mãe, Equipe e Microárea;

Na tela de inclusão do cidadão, após selecionar o cidadão o sistema deve verificar se o mesmo é munícipe, caso não for, deverá exibir a mensagem "Paciente não munícipe)

Na tela de inclusão do cidadão, após selecionar o cidadão o sistema deve verificar se os dados mínimos obrigatórios cadastrados no estabelecimento estão preenchidos no cadastro, caso contrário o sistema deve acusar "Cidadão com informações pendentes no cadastro"

Na tela de inclusão do cidadão, após selecionar o cidadão o sistema deve verificar se o telefone e endereço estão atualizados conforme a regra de tempo de atualização de telefone e endereço no sistema, e caso esteja desatualizado o sistema deve solicitar a atualização que deverá ser na mesma tela, sem necessidade do usuário ter que sair da tela;

A lista de atendimento deve exibir as informações dos pacientes incluídos possuindo as seguintes informações mínimas, Nome do cidadão, horário de inclusão do paciente na lista de atendimento, serviço, tempo de espera entre o acolhimento e o primeiro atendimento médico, profissional responsável, profissional que está realizando atendimento, setor, situação do atendimento, característica do paciente (Adulto, idoso, criança, PNE, Gestante);

A característica do paciente deve ser preenchida automaticamente quando Criança, Idoso, Adulto;

O sistema deve possuir função de exibir ou ocultar as informações da lista de atendimento a critério do usuário, ficando salvas suas preferências;

A lista de atendimento deve exibir, no caso de pacientes com utilização de nome social, o nome do paciente em cor diferenciada na lista de atendimento, e quando levado o mouse em cima, mostrar a seguinte mensagem (paciente optante por utilização de nome social);

O sistema, na lista de atendimento deve possuir botão de chamar o paciente no painel de chamadas diretamente na lista de atendimento;

O sistema na lista de atendimento deve exibir em destaque de cor, cidadãos visitantes (não residentes no município), e exibir a informação na lista de atendimento;

O sistema, na lista de atendimento deve possuir botão de acesso rápido ao histórico de atendimentos do dia do cidadão;

Registro tardio de atendimento;

O sistema deve permitir o registro tardio de atendimento onde seja possível criar um atendimento retroativo, indicando data e hora, local e tenha todas as funcionalidades esperadas no atendimento normal;

Agendamento de consultas;

O sistema deve permitir que a agenda do sistema seja separada por estabelecimento/setor, permitindo que um profissional tenha possibilidade de ter mais de uma agenda no mesmo estabelecimento;

O sistema de agenda deve ser dividido por data, período e profissional;

O sistema deve permitir que cada agenda do profissional possa ter um tempo diferente entre consultas;

O sistema deve listar os horários da agenda com cores diferenciadas para as situações de: (Horário Disponível, Horário Indisponível, Paciente se encontra na unidade, Reservado, Agendado)

Para realização do agendamento o sistema deve permitir a seleção do horário que estiver disponível, do paciente, permitir a seleção do tipo de serviço que ele deseja realizar e campo para descrição de observação caso o usuário deseja informar;

O sistema de agenda deve permitir a função de reserva de agenda.

A reserva de agenda deve permitir que o usuário selecione um horário para bloqueio de agenda com horário de início e um horário fim. O bloqueio deve ser realizado em todo o intervalo de horários selecionado;

A reserva de agenda deve permitir que o usuário informe um motivo e descreva uma observação;

Após realizado a agendamento o sistema deve listar o horário como agendado, com cor específica, nome do paciente agendado para referido horário, telefone de contato visível no card, e observação indicada no momento do agendamento;

O card do horário agendado deve possuir função para visualizar o agendamento, que concede acesso as informações do próprio agendamento e lista na tela o histórico de agendamentos do paciente;

O card de agendamento deve possuir função para confirmar a chegada do paciente na unidade, que inclui o paciente direto na lista de atendimentos;

O card de agendamento deve possuir função de informar a falta do cidadão;

Em caso de não comparecimento no horário marcado o sistema deve informar a falta do cidadão automaticamente;

O sistema deve permitir que o agendamento seja excluído, mas que no horário fique o registro da exclusão do mesmo;

Acolhimento/Triagem:

O acolhimento do paciente deve ser função exclusiva e destacada com ícone ou botão próprio para utilização na lista de atendimento, geralmente utilizado por enfermeiros ou técnicos de enfermagem;

Na tela de acolhimento o sistema deve obrigatoriamente conter tela de histórico geral do paciente, mostrando todo o histórico de atendimento do paciente;

O sistema deve obrigatoriamente destacar, em campo específico na tela de acolhimento as comorbidades e alergias do cidadão;

O sistema deve obrigatoriamente permitir o cadastro de alergias e/ou comorbidades na própria tela de acolhimento, sem necessidade de sair da mesma;

Na tela de histórico geral o usuário deve poder visualizar alergias e comorbidades do paciente de forma destacada, em campo específico;

O histórico deve se dar por meio de linha do tempo trazendo todos os atendimentos por ordem cronológica decrescente (Do mais recente para o mais antigo);

O histórico deve sinalizar por data e hora de atendimento, constando o profissional, CBO (Classificação Brasileira de Ocupação), unidade onde aconteceu o atendimento;

O histórico deve conter informações compatíveis com o grau de acesso do usuário;

O sistema deve possuir campo de pesquisa no histórico por CID, profissional ou estabelecimento;

O sistema deve possuir campo para registro de CIAP2 (Classificação Internacional de Atenção Primária²) em campo de motivo de consulta do paciente, podendo desativá-lo conforme necessidade da unidade utilizadora. O sistema deve possuir inserir no mínimo 3 (três) CIAP2;

Possuir campo de texto para registro de informações da queixa do paciente/motivo da consulta. O campo de texto deve possuir ferramentas de configuração de fonte e alinhamento;

Possuir campo para registro de sinais vitais com no mínimo (Peso, Altura, Pressão Arterial, Frequência Respiratória, Frequência Cardíaca, Temperatura, Saturação, Glicemia);

Quando preenchido os sinais vitais como Aferição de Pressão, Peso e Altura, Aferição de Temperatura, o sistema deve gerar automaticamente os procedimentos de faturamento do SUS;

Possuir campo para registro de Perímetro da panturrilha, perímetro cefálico, circunferência de braço, escala de Glasgow;

Possuir campo para registro da classificação de risco do paciente definida em escala de cores, possuindo no mínimo 5 cores (Azul, Verde, Amarelo, Laranja, Vermelho);

Possuir campo de desfecho do atendimento para seleção de informações de alta ou retorno;

O sistema deve possibilitar dentro da tela de acolhimento, em função específica, realizar o agendamento da consulta futura do paciente;

O sistema deve permitir no momento do acolhimento a impressão da Declaração de Comparecimento;

Atendimento:

A função atendimento do paciente deve ser função exclusiva e destacada com ícone ou botão próprio para utilização na lista de atendimento;

Na tela de atendimento o sistema deve obrigatoriamente conter tela de histórico geral do paciente;

Na tela de histórico geral o usuário deve poder visualizar alergias e comorbidades do paciente de forma destacada, em campo específico;

O histórico deve se dar por meio de linha do tempo trazendo todos os atendimentos por ordem cronológica decrescente (Do mais recente para o mais antigo);

O histórico deve sinalizar por data e hora de atendimento, constando o profissional, CBO (Classificação Brasileira de Ocupação), unidade onde aconteceu o atendimento;

O histórico deve conter informações compatíveis com o grau de acesso do usuário;



O sistema deve possuir campo de pesquisa no histórico por CID, profissional ou estabelecimento;

O sistema deve permitir o cadastramento e visualização de forma destacada de alergias e comorbidades;

O sistema deve obrigatoriamente permitir o cadastro de alergias e/ou comorbidades na própria tela de acolhimento, sem necessidade de sair da mesma;

O sistema deve permitir a visualização do histórico de sinais vitais em campo específico sem necessidade de navegar pelo histórico do paciente;

O sistema deve permitir a visualização do histórico da evolução do paciente de maneira “corrida” na própria tela de atendimento, exibindo-a em campo específico e de maneira destacada evitando a necessidade de pesquisa no histórico geral;

O sistema deve possuir campo de CIAP2 para registro de motivo da consulta/queixa;

Possuir campo de texto para registro da anamnese/evolução em modelo de caixa de texto simples ou modelo SOAP (com campo texto separado para cada um);

O sistema deve permitir o cadastro de evoluções padrão, permitindo selecioná-las de maneira que autopreenchem o campo anamnese/evolução;

Possuir campo destacado para inclusão de CID10 e CIAP2 referente ao diagnóstico do atendimento, permitindo incluir minimamente 3 (três) CID's;

Permitir que o sistema identifique automaticamente os CID's relacionados a comorbidades, que quando adicionados sejam inclusos automaticamente na lista de comorbidade ativa do paciente;

Possuir campo para registro de sinais vitais com no mínimo (Peso, Altura, Pressão Arterial, Frequência Respiratória, Frequência Cardíaca, Temperatura, Saturação, Glicemia);

O sistema de registro de atendimento deve seguir a ordem de informações mínimas na tela de registro, conforme raciocínio clínico sendo: Informações de cadastro do cidadão, Campo de Alergias, Campo de Comorbidades, Campo de histórico completo, Campos de queixas e anamnese/evolução do paciente, Campo de registro de procedimentos, Campo de condutas, Campo de desfecho do atendimento (com possibilidade de indicar participação de outro profissional no atendimento). Esta ordem obedece ao raciocínio clínico ágil dos profissionais sugestionado pelos profissionais municipais;

O sistema deve possuir configuração de ordem de exibição e registro de informações do atendimento, permitindo que se configure a ordem, exibição e obrigatoriedade dos campos acima conforme necessidade de cada unidade de saúde;

O sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o agendamento do paciente na própria tela de atendimento;

O sistema deve possuir funcionalidade de criação de receituários;

O sistema deve possuir tela específico de receituário, onde no topo é obrigatório campo destaque que exiba as alergias do paciente;

O sistema na tela de receituário deve possuir o histórico das últimas receitas criadas a partir do sistema;

O sistema deve mostrar o histórico dos receituários do paciente permitindo a duplicação das receitas;

O sistema deve possuir campo de seleção do medicamento que deve estar integrado a farmácia e deve exibir se o medicamento está disponível ou não na farmácia para retirada;

O sistema, conforme o usuário seleciona os itens para realização do receituário, o próprio sistema de maneira automatizada deve realizar a junção de receitas por tipo de receita, separando as de uso contínuo, imprimindo os grupos de itens selecionados conforme tipo de receita;

O sistema deve sugerir a posologia do medicamento conforme as mais utilizadas pelo profissional;

O sistema deve permitir a emissão de receita digital, assinada eletronicamente no padrão ICP-Brasil, conforme requisitos de validação <https://validar.iti.gov.br/>

O sistema deve possuir mecanismo de renovação de receita, em campo externo ao prontuário, que demonstre receitas de uso contínuo prestes a vencer e permita realizar a renovação;

O sistema deve possuir plataforma que permita a validação e anotação de dispensação da medicação, podendo ser utilizada pelo sistema público ou privado;

O sistema deve permitir a criação de encaminhamentos dentro do padrão de aceitabilidade das instituições de saúde, contendo as informações de: Especialidade, complemento da especialidade, hipótese diagnóstica (relacionado a um CID10), Entidade, classificação de risco (Eletivo, Prioritário, Urgência, Emergência), campo para descrição do motivo do encaminhamento, campo para descrição de observação;

O sistema deve permitir visualizar o histórico de encaminhamentos do paciente;

O sistema deve permitir a criação de requisições de exames;

O sistema deve permitir a criação de grupos de exames pré-cadastrados, permitindo a seleção dos mesmos por caixas de seleção facilitando o processo;

O sistema deve permitir criar uma solicitação com vários exames cuja nomenclatura deve seguir a tabela SIGTAP;

O sistema deve possuir no processo de requisição as seguintes informações: CID10 da requisição, justificativa da requisição para realização dos exames, campo de texto para observação;

O sistema deve realizar a separação de solicitações de exame por subgrupo de procedimento conforme tabela SIGTAP, separando os mesmos em tela após solicitação para fácil visualização do profissional.

O sistema deve imprimir separadamente os exames conforme subgrupo de procedimento segundo tabela SIGTAP, separando por exemplo ultrassonografia de exames laboratoriais;

O sistema deve possuir configuração que seja possível marcar no código do procedimento qual exame deve imprimir a requisição no modelo BPA-I, desta forma quando selecionado exame correspondente, o próprio sistema deve realizar a separação e impressão no modelo adequado;

O sistema deve separar os exames de BPA-I conforme subgrupo da tabela SIGTAP automaticamente, permitindo que seja impresso até 3 (três) exames do tipo BPA-I por requisição do mesmo subgrupo;

O sistema deve permitir a criação de prescrições;

O sistema deve permitir que o usuário crie prescrições de medicação, exames, procedimentos e rotinas do paciente;

As prescrições devem permitir que o usuário prescreva administração de medicamentos, soluções, rotinas ou cuidados de pacientes que necessitam permanecer em observação na unidade;

A prescrição no caso de medicamentos e soluções deve permitir que o usuário selecione medicamentos diretamente do estoque da unidade, selecione a diluição (pré-cadastrado), permita imprimir ficha de prescrição do paciente;

A prescrição no caso de medicamentos e soluções deve criar de maneira automática os horários de aplicação ou “checagem” conforme a frequência e horário de início indicado pelo usuário;

No caso de criação prescrição, o sistema deve permitir que os profissionais da unidade realizem a “checagem” ou aplicação da medicação, dando baixa do item checado (no caso de medicamento) do estoque e registrando o horário de aplicação;

A prescrição deve permitir duplicação pelo usuário;

A prescrição deve ser suspensa automaticamente no horário de troca de plantão ou em horário de suspensão configurado pelo usuário;

Em caso de alta do paciente, o sistema deve avisar caso haja prescrições “em aberto”, ou seja, não aplicadas ou “checada”;

O sistema deve enviar a prescrição automaticamente para farmácia, permitindo que a separação de medicamentos seja executada;

O sistema deve permitir que a baixa das medicações da farmácia seja realizada por meio de “bipagem” via código de barras;

O sistema deve permitir o registro e emissão de atestados;

O sistema deve ter a opção de registro de atestado do tipo texto livre;

O sistema deve ter a opção de registro de atestado do tipo padrão, excluindo a necessidade da descrição de todo texto informando apenas a quantidade de dias e o CID10;

Em caso de preenchimento do campo CID10 pelo usuário o sistema deve automaticamente incluir no atestado o texto de autorização de informação de CID10 para assinatura do paciente;

O sistema deve permitir o cadastro de orientações em formato de texto livre que seja impresso com cabeçalho e rodapé timbrado do município conforme padrão disponibilizado;

O sistema deve possuir em todos os seus módulos de atendimento campo de registro de procedimentos que deve permitir o registro de procedimentos conforme o CBO vinculado ao seu usuário;

O sistema deve possuir campo de sugestão de procedimentos, facilitando o acesso dos profissionais. As sugestões devem ser pré-configuradas;

O sistema deve permitir a configuração de procedimento automática vinculado ao CBO do usuário, sendo assim, quando este usuário portando o CBO configurado abrir o atendimento, o sistema automaticamente deve lançar o procedimento configurado;

O sistema deve permitir a criação de formulários vinculados ao prontuário;

O sistema deve permitir o cadastro de formulários personalizados, estes formulários devem estar disponíveis dentro do prontuário. Os formulários devem possuir configuração que permita a geração de produção conforme o tipo de formulário.

O sistema deve possuir função de painel de chamado do paciente por voz, que realize o chamado do paciente em tela e direcione-o ao consultório qual está chamando;

Funções de prontuário específicas para unidades básicas de saúde;

O sistema deverá se utilizar de todas as funcionalidades mínimas do prontuário descritas acima além de:

Possuir na tela de atendimento, campo para registro de conduta, permitindo a indicação da conduta do atendimento, dispondo de no mínimo as seguintes opções: Retorno para consulta agendada, Retorno para cuidado continuado programado, Agendamento para grupos, Agendamento para NASF, Alta do episódio;

Os campos de conduta devem permitir ser configurados, se estão disponíveis ou não dependendo do estabelecimento de uso;

O sistema deve possuir ficha de puericultura para registro do acompanhamento de saúde da criança, contendo campos específicos de marcos de desenvolvimento da criança, permitindo o acompanhamento do desenvolvimento da criança no período de 15 dias a 30º Mês;

O sistema deve destacar quando um marco de desenvolvimento não foi atingido;

O sistema deve destacar automaticamente quando o atraso no desenvolvimento é informado através da avaliação fenotípica;

O sistema deve possuir função específica dentro da tela de atendimento para registro de pré-natal.

Em caso da seleção do CID10 ou CIAP que identifique que a paciente é gestante, o sistema deve abrir automaticamente campos específicos para registro do pré-natal;

O sistema deve possuir ficha para registro de antecedentes obstétricos;

O sistema quando utilizado em unidade básica de saúde deve possuir configuração de registro de procedimento automático, que seja incluído automaticamente o procedimento adequado para cada atendimento no momento da “abertura” do prontuário no sistema;

O sistema deve possuir dentro do prontuário, a ficha de consumo alimentar no padrão do ministério da saúde;

Funções de prontuário específicas para Policlínicas;

O sistema deverá se utilizar de todas as funcionalidades mínimas do prontuário descritas acima além de:

O sistema deve permitir a criação de formulários vinculados ao prontuário;

O sistema deve permitir o cadastro de formulários personalizados, estes formulários devem estar disponíveis dentro do prontuário. Os formulários devem possuir configuração que permita a geração de produção conforme o tipo de formulário.

Funções de prontuário específicas para Registro odontológico;

O sistema deverá se utilizar de todas as funcionalidades mínimas do prontuário descritas acima além de:

O odontograma deve possibilitar a utilização de mapa de ações, contendo histórico das ações realizadas e à realizar, permitindo a atualização no odontograma das ações realizadas em cada consulta;

O sistema deve possibilitar que o usuário adicione informações de procedimentos realizados através da seleção de dente, coroa, raiz pelo próprio odontograma;



Licença de software de gestão de estoques para gestão de Farmácia Municipal, Almoxarifado da Saúde e Empréstimos:

O sistema de farmácia e almoxarifado deve reunir as funcionalidades de Estoque, item, estoque mínimo, movimentação de estoque, lista de abastecimento e controle de licitação de itens para utilização no módulo de farmácia e almoxarifado com o objetivo da gestão de estoques;

Estoque:

O sistema deve permitir o cadastramento de estoques por estabelecimento, ou seja, um estabelecimento pode possuir vários estoques.

Cada estoque deve permitir que sejam atribuídas configurações individuais como por exemplo quantidade mínima do item no estoque, que pode ser diferente para o mesmo item em outro estoque.

O sistema deve permitir que a configuração de acesso ao estoque seja atribuída por usuário individualmente, garantindo que apenas usuários com permissão consigam ter acesso e movimentar estoque mesmo que ambos estejam dentro do mesmo estabelecimento;

O sistema de estoque deve permitir o armazenamento de itens de diversos tipos (Medicamento, Material, Equipamentos, Órteses, Próteses, Insumos etc.) conforme a configuração;

O estoque deve permitir o agrupamento de itens por grupo;

O sistema deve permitir o controle de entradas, transferências, saídas e ajuste de estoque;

Em caso de o item ser do tipo medicamento as regras de entrada, transferência e saída devem seguir as normas da portaria 344 da vigilância sanitária ou outra que vir a substituí-la.

Item:

O sistema deverá permitir o cadastro de item de maneira genérica no sistema;

O sistema deve permitir a configuração do tipo de item, minimamente configurado como (Medicamento, Material, Equipamento, Órtese, Prótese, Insumo, Hemocomponente, Dieta);

Os itens devem conter unidade de medida;

O sistema deve permitir que um item seja vinculado a um grupo;

O sistema deve permitir a criação, pelo próprio usuário, de grupos de itens;

Os grupos de itens são utilizados para não somente, mas minimamente para emissão de relatórios por grupo de item;

O item deve possuir no seu cadastro geral a opção de ser fracionável ou não;

Em caso de o item não ser fracionável o sistema só deve permitir a dispensação de múltiplos da quantidade cadastrada como

Em caso de o item ser do tipo medicamento:

O sistema deve permitir o cadastro da via de administração;

O sistema deve permitir o cadastro de programa de saúde;

O sistema deve permitir o vínculo do item com um tipo de receita (o sistema deve possuir os tipos de receita já cadastrados);

O sistema deve possuir configuração da quantidade máxima unitária permitida na dispensação do item conforme o tipo de receita;

O sistema deve permitir a vinculação dos materiais do item, utilizado para cadastramento de itens (pré-cadastrados) como seringa, agulha, etc;

O sistema deve permitir o vínculo com o código CATMAT;

O sistema deve permitir o vínculo com o código bionexo;



O sistema deve permitir o vínculo do item com um DCB;

O item deve possuir uma localização (Utilizado para informar em qual espaço, prateleira, caixa ou cesta que está armazenado;

Diluição Do Item:

O sistema deve permitir o cadastro de diluições do item;

A diluição deve agrupar itens necessários (pré-cadastrados) para diluição do item em questão;

O sistema deve automaticamente no caso de seleção do item em questão, informar que o item possui diluição e mostrar os itens quais estão relacionados para realização da diluição;

A diluição deve ser apresentada no momento de prescrição do item no módulo de prontuário, no momento de aplicação ou aprazamento no módulo de enfermagem, no momento de realização da separação e dispensação do item no módulo de farmácia;

Estoque Mínimo:

O sistema deve permitir o cadastro de uma quantidade mínima do item por estoque, podendo o mesmo item ter quantidades mínimas diferentes em cada estoque;

A quantidade mínima deve ser em valores inteiros;

O sistema deve ter uma configuração por estoque da margem de proximidade (informada por porcentagem) que o sistema deve avisar o usuário quando a margem de proximidade do estoque mínimo for atingida;

Movimentação De Estoque:

O sistema deve permitir a entrada por meio de XML da nota fiscal, importando todas as informações da nota: Data de emissão da nota, N° série da nota, número da nota, valor total da nota, nome do fornecedor, CNPJ do fornecedor, código do item, nome/descrição do item, lote, fabricante/laboratório, quantidade, unidade, valor unitário, valor total e CÓDIGO DE BARRAS;

O sistema deve permitir a entrada por meio manual com as informações mínimas de: Data de emissão da nota, N° série da nota, número da nota, valor total da nota, nome do fornecedor, CNPJ do fornecedor, código do item, nome/descrição do item, lote, fabricante/laboratório, quantidade, unidade, valor unitário, valor total e CÓDIGO DE BARRAS, localização do item no estoque, quantidade por unidade;

A quantidade por unidade representa a quantidade de itens por caixa/pacote, ou ml por frasco no caso de necessidade de controle de dispensação fracionada;

Após a realização da entrada o item deve ficar imediatamente disponível no estabelecimento informado na entrada;

O sistema deve permitir a realização de transferências entre estabelecimentos e estoques conforme o seguinte fluxo;

Requisição de abastecimento: A unidade com necessidade deve solicitar a partir do sistema os itens quais tem necessidade de abastecimento. Na solicitação a unidade deve selecionar o estabelecimento e o estoque, além de informar os itens e quantitativos que deseja;

A unidade que recebe o pedido deve ser avisada por meio de notificação da solicitação de abastecimento; Para atender a demanda solicitada a unidade solicitante deve ter a possibilidade de visualizar em tela os itens solicitados, como também sua quantidade em estoque e a quantidade atual do estoque do solicitante; A unidade que recebe o pedido deve atender a solicitação informando



a quantidade a ser transferida que pode não ser igual a quantidade solicitada; Ao atender o pedido a unidade solicitante deve receber a notificação de pedido atendido e deve confirmar o recebimento dos itens em seu estoque;

O sistema deve ter a funcionalidade de aceitação automática configurável de itens no estoque, excluindo a necessidade de confirmação de recebimento dos itens;

O sistema deve ter a funcionalidade de transferência para uso próprio, que determina que no momento da transferência o estoque destino receba automaticamente e dispense para “uso próprio” retirando os itens do estoque.

O sistema deve permitir a transferência de estoques inteiros entre os estoques cadastrados no sistema;

O sistema deve ter função de cálculo de demanda automática, onde o usuário irá configurar os parâmetros de cálculo e o sistema irá sugerir a quantidade a ser requisitada;

Os parâmetros de cálculo disponível deverão ser no mínimo de: Média de consumo por dia e mês, média de consumo por período,

O sistema deve permitir a criação da requisição a partir de uma lista de abastecimento;

O sistema deve permitir realizar o ajuste de estoque conforme a necessidade do usuário, permitindo a realização do estoque por item, com adição ou subtração do estoque;

O sistema deve conter tipos de ajuste de estoque;

O sistema deve conter campo destinado a descrição de observação para ajuste de estoque, mesmo que não obrigatório;

No caso de ajuste de estoque do tipo vencimento, para itens do tipo medicamento o sistema deve gerar a guia de vencimento conforme modelo a ser disponibilizado pelo município;

O sistema deve permitir a dispensação de itens, conforme a regra de cada departamento ou módulo do sistema;

A dispensação de medicamentos do sistema deve ser realizada conforme os seguintes parâmetros

Solicitar o nome do paciente no momento da dispensação;

Exibir o histórico de retirada de medicamentos de todos os estabelecimentos, setores ou estoques do paciente selecionado contendo a data o item a quantidade retirada do item e o lote;

Possuir configuração de tempo mínimo de antecedência para novas retiradas de medicação;

A configuração deve impedir que o usuário consiga realizar a dispensação caso o tempo mínimo de antecedência não tenha sido atingido;

Solicitar o nome do profissional prescritor do receituário (que deve estar previamente cadastrado);

Solicitar o estabelecimento prescritor, que pode fazer parte da rede de saúde municipal ou não, sendo identificado no sistema pelo CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde);

O sistema deve possuir na tela de dispensação campo para informação de quem está retirando a medicação, podendo ser o próprio paciente ou um terceiro;

No caso de um terceiro o sistema deve permitir o registro do nome e de alguma informação documenta;

O sistema deve permitir a inserção dos itens do paciente por receita, informando o medicamento, selecionando o lote, a quantidade a ser dispensada, a quantidade

prescrita, onde o sistema deve realizar o cálculo e informar automaticamente qual a data de término do item;

O sistema deve permitir marcar se o item é de uso contínuo do paciente;

O sistema deve permitir realizar o cadastro de demanda reprimida, onde permite o cadastro de itens que não estão disponíveis no estoque, vinculados ao paciente que veio em busca da do item e o setor;

O sistema deve permitir a utilização de leitor de código de barras uso na dispensação dos itens;

O sistema deve permitir a geração de etiquetas com código de barras para por lote/Nº série e item;

O sistema deve permitir a impressão de recibo de entrega do medicamento no momento da dispensação do item conforme modelo repassado pelo profissional;

Lista De Abastecimento:

O sistema deve permitir a criação de lista de abastecimento para facilitar a criação de requisições de abastecimento. A lista é um conjunto de itens pré-definido que conforme selecionado carrega os itens e os respectivos valores de abastecimento conforme método de cálculo selecionado;

A lista deve ser nomeada conforme necessidade do usuário;

No momento da criação da lista o sistema deve permitir vincular os diversos tipos de itens;

A lista deve ser vinculada ao setor, evitando que uma lista apareça para um setor que não a utiliza;

Licença de software de gestão de transportes e logística de viagens para tratamento fora de domicílio;

O sistema deve permitir a gestão do transporte dos pacientes dentro e fora do município, com o objetivo de realizar o controle logístico, de lotação dos veículos, controle e registro de informações de viagem e veículo, de motorista viagem e veículo, controle de despesas e custos envolvidos;

O sistema deve permitir o cadastramento de veículos contendo placa, chassi, categoria de habilitação necessária para condução, capacidade máxima, marca, modelo, tipo de combustível;

O sistema deve permitir o cadastramento de motoristas contendo nome, Nº da CNH, data validade CNH, categoria da CNH;

O sistema deve permitir o cadastro de local de embarque ou ponto de embarque que deve ser identificado com uma descrição e um endereço;

O sistema deve permitir o cadastro de destinos que devem possuir nome e endereço;

O sistema deve permitir a criação de lista de necessidade de transporte onde, o usuário do sistema cadastra o paciente a qualquer tempo numa lista de necessidade de transporte, onde a lista deve agregar os dados do paciente e da sua viagem necessária.

A lista deve armazenar todas as informações de todos os pacientes que têm necessidade de transporte agrupado por data e cidade destino;

A lista deve permitir que no momento da criação da viagem sejam selecionados pacientes por meio de caixa de seleção para incluí-los em uma viagem;

O sistema deve permitir criar viagens incluindo o veículo, motorista compatível com veículo e cidade destino;

O sistema deve permitir que uma viagem possua mais de um motorista e mais de um destino;



Os pacientes devem ser adicionados à viagem a partir da lista de necessidade de transporte ou manualmente pelo usuário;

O sistema deve realizar a geração de roteiros que deve conter no mínimo: data e hora de saída da viagem, veículo e placa, motorista, origem da viagem (cidade), campo para marcação de km inicial e final, identificação dos passageiros por nome, idade, CPF, telefone celular, local de embarque, local destino, hora de consulta no local destino, permitir a inclusão de acompanhante (o sistema deve permitir a inclusão de mais de um acompanhante por passageiro);

O sistema ainda deve ter módulo de custos por viagem e veículo, sendo na viagem permitido relacionar despesas de viagem como por exemplo, combustível, alimentação, diária, e veículo sendo manutenções, mão de obra, lavagens documentações etc.;

O sistema deve realizar validação de CNH por veículo, só permitindo a seleção de motoristas para a viagem de acordo com a CNH exigida pelo veículo;

O sistema deve permitir a gestão das viagens podendo rastrear internamente as informações de: Pacientes por viagem, motoristas por viagem, veículo por viagem, veículos por motoristas, motoristas por viagem,

O sistema deve realizar o gerenciamento de horas extras por viagem e motorista conforme os horários de saída e chegada dos veículos;

Licença de software de gestão de autorização de benefícios;

O sistema de fornecimento de benefícios deve permitir a gestão de liberação de guias de autorização de procedimentos ou outros tipos de benefícios aos pacientes (órteses, próteses, auxílios financeiros, insumos de saúde);

O sistema deve permitir o cadastro de benefícios a serem liberados não se limitando, mas minimamente a todos os procedimentos da tabela SIGTAP;

O sistema deve permitir a gestão de saldo financeiro para liberação do benefício que deve ser dividido em:

Saldo do contrato;

Saldo da competência;

Saldo do item;

O sistema deve descontar cada saldo imediatamente quando liberado a guia;

O sistema deve permitir a liberação de vários benefícios na mesma guia;

No momento da liberação da guia, o usuário deve ter disponibilidade de verificar em tela o último “benefício” disponibilizado ao paciente;

O sistema deve permitir o controle de valor disponibilizado por estabelecimento/setor e usuário;

Licença de software de gestão de Sala de Vacinas;

O sistema de gestão de vacinação deve permitir o cadastramento de fabricantes de imunobiológicos;

O sistema de vacinação deve permitir o cadastramento de lotes de imunobiológicos;

O sistema de vacinação deve permitir o cadastro de aplicação de vacinação no padrão da ficha CDS atualizada;

Para aplicação do imunobiológico o sistema deve permitir a seleção do cidadão, deve permitir a marcação de gestante e puérpera quando cidadão for do sexo feminino, deve permitir informar o local de atendimento qual está realizando a aplicação da vacina, deve permitir selecionar o imunobiológico, a estratégia, grupo de atendimento, dose, lote e fabricante;



O sistema deve permitir o cadastro de registro anterior, utilizado para registrar vacinas realizadas em outros estabelecimentos ou em datas anteriores;

O sistema deve permitir a marcação de viajante para identificar aplicações de imunobiológicos em viajantes;

O sistema deve possuir calendário vacinal identificando na cor vermelha as vacinas atrasadas do paciente, em verde as realizadas;

O sistema deve permitir através do atendimento do paciente verificar o histórico de vacinação;

Licença de software de portal da transparência da saúde;

O sistema deve possuir página Web de livre acesso a população contendo:

Ouvidoria on-line para cadastramento de dúvidas, denúncias, reclamações;

local para divulgação de notícias, informes, portarias, galeria de fotos;

Local para consulta de medicamentos da farmácia em tempo real;

Local para consulta de viagens da saúde em tempo real;

Local para consulta de profissionais e seus horários de atendimento;

Local para consulta de filas de espera de consultas procedimentos e cirurgias;

Local para divulgação da vacinação do COVID-19, local para divulgação da testagem e vacinação da COVID-19 conectada com o sistema e-SUS AB para disponibilização das vacinações em tempo real;

Licença de gestão de visitas do Agente Comunitário de Saúde, com disponibilização de APP para registro de visitas;

O sistema deve permitir realizar o controle e gestão dos cadastros de individuais e domiciliares disponibilizando as fichas padrão do Ministério da Saúde;

O sistema deve permitir a criação da ficha de cadastro individual atrelada ao cadastro do cidadão;

O sistema deve permitir a criação da ficha de cadastro domiciliar atrelada a ficha de cadastro individual;

O sistema deve vincular o cadastro do imóvel ao chefe da família.

O sistema deverá obter o cadastro do imóvel a todos os dependentes da família;

O sistema deverá automatizar o processo de mudança de domicílio de maneira que, caso o chefe se mude, o próprio sistema deve perguntar qual a ação realizar com os demais indivíduos, fornecendo opções e permitindo que após a escolha das opções pelo usuário o próprio sistema realize a mudança nos outros indivíduos;

O sistema deve possuir aplicativo móvel que permita o cadastro e imóveis e indivíduos como também utilize a relação entre eles;

O sistema aplicativo deve possuir função de realização da visita domiciliar;

O sistema aplicativo deve no momento da criação de um domicílio capturar a geolocalização por satélite do domicílio ou local onde se encontra o ACS;

O sistema aplicativo deve registrar a localização por satélite do local onde foi realizado a atualização do indivíduo e do domicílio;

O sistema aplicativo deve registrar a localização por satélite do local onde foi realizado a visita domiciliar do ACS para com o indivíduo, ou visita periódica;

O sistema aplicativo deve funcionar sem necessidade da utilização da internet, permitindo a sincronização das informações com servidor;

O sistema deve ter função de visualização de inconsistências na sincronização;

O sistema deverá possuir relatórios de inconsistência de cadastros;

mapa digital;

O sistema deve exibir em mapa geoespacial para acompanhamento de informações capturadas pelo sistema;

O sistema minimamente deve permitir o da localização das famílias cadastradas, CID's registrados em prontuário, pacientes que usam medicação retirada na farmácia (por medicação), por grupo de condições de saúde, visitas realizadas pelo agente comunitário de saúde (por agente comunitário de saúde);

O sistema deverá exibir pontos de marcação no mapa inteligente conforme a seleção da informação desejada, e o sistema deve ser atualizado automaticamente conforme atualização do endereço dos cidadãos;

Painel de chamados eletrônicos por voz; O sistema deverá dispor de painel de chamado eletrônico com voz, permitindo que cada profissional tenha a opção de chamar o paciente incluso na lista de atendimento disposto na fila de atendimento através do painel.

O painel deve realizar o chamado por meio de sinal de campainha seguido por voz informando o nome do paciente ou senha (disponibilizado por impressora térmica) e qual o consultório que este deve se dirigir.

O painel deve ter integração com todos os módulos do sistema permitindo que os pacientes contidos em sua lista de atendimento estão disponíveis de maneira automática na lista de chamados do painel para os profissionais em seus respectivos consultórios;

Licença de software de comunicação automática do paciente via WhatsApp;

O sistema deve permitir o disparo de mensagens via WhatsApp;

O sistema deverá permitir a configuração e personalização das mensagens utilizando textos personalizados e variáveis fixas que permitem automatizar a inclusão do paciente e outras características específicas de cada módulo;

O sistema deverá permitir a confirmação de agendamentos dos pacientes por meio de mensagem disparada no WhatsApp;

O sistema deverá realizar o aviso de agendamentos do paciente em todos os estabelecimentos configurados;

O sistema deverá realizar o aviso de cancelamento de agendamento em todos os estabelecimentos configurados;

O sistema deverá realizar o aviso de alteração do agendamento em todos os estabelecimentos configurados;

O sistema deverá realizar o aviso de disponibilização de resultado do exame após a coleta de exame ser realizada;

O sistema deverá realizar o aviso de exame laboratorial pronto, disponibilizando link para download do resultado do exame;

O sistema deverá realizar o aviso de proximidade do término de medicações de uso contínuo retirados na farmácia municipal;

O sistema deverá realizar o aviso de proximidade do vencimento da receita de uso contínuo criada no sistema;

O sistema deverá realizar o aviso de vacinação disponível quando o paciente entrar na faixa etária de vacinação;

O sistema deverá realizar o aviso de inclusão em viagem para execução de tratamento, informando o local de saída e horário;

O sistema deverá realizar o aviso de alteração ou cancelamento de viagem;

As mensagens deverão ser realizadas por meio de WhatsApp, podendo ser configuradas no caso do transporte e do agendamento de agendamento vários avisos, mediante configuração pelo próprio usuário específico para cada situação,

podendo configurar para envio de x dias antes do evento, e x horas antes do evento;

Nos casos de agendamento o sistema deve permitir enviar a mensagem com indicação do estabelecimento, profissional e horário do agendamento de forma automática;

O sistema deve permitir a criação de mensagens personalizadas e envio por grupos personalizados de cidadãos, podendo buscar por grupo de acompanhamento de comorbidades, por sexo, faixa etária, bairro, microárea ou a junção de um filtro utilizando todos;

pesquisa de satisfação digital da saúde;

O sistema deve permitir a Criação de pesquisas personalizadas por estabelecimento/setor que serão enviadas por WhatsApp juntamente com link de pesquisa;

O sistema de pesquisa deve ser utilizado em ambiente web compatível com dispositivos móveis;

O sistema de pesquisa deve ser fácil e intuitivo;

O sistema deve permitir o envio automático de pesquisas por WhatsApp ou sempre que algum cidadão terminar o atendimento no estabelecimento configurado;

O sistema deve permitir a configuração de regras para envio de pesquisas como por exemplo: (Tempo após realização da consulta, horários limite de envio, grupo ou idade de paciente que não deve realizar envio entre outros que possam ser solicitados pelo município);

O sistema deve disponibilizar os resultados em tempo real por meio de Dashboard dentro do sistema;

O sistema deve permitir filtrar os resultados por período, estabelecimento, equipe e profissional;

Licença de software de certificação eletrônica ICP-Brasil;

O sistema deve realizar a assinatura eletrônica com carimbo de tempo emitida por entidade competente e homologada, além da aplicação das regras e da ICP-Brasil e ITI para assinatura eletrônica de documentos, fornecendo documentos assinados eletronicamente dentro das normas legais com garantia de que não podem ser alterados por nenhuma outra forma;

O sistema deve permitir a emissão de receita, encaminhamento, atestado, solicitação de exames assinado eletronicamente no padrão ICP-Brasil pelo profissional através de certificado próprio do sistema ou através de anexo do certificado do tipo A1 do próprio profissional.

O sistema deve realizar a assinatura eletrônica dos prontuários conforme padrão ICP-Brasil.

A critério da comissão de avaliação poderá ser solicitado a validação de documentos emitidos no sistema por meio da plataforma <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.8.1/> ;

O sistema deve armazenar os documentos assinados em dois servidores distintos para garantia de disponibilidade

Integrações;

CADWEB

O sistema deve realizar a integração com sistema CADWEB para importação de informações de cadastro dos indivíduos;

Integração com E-MAIL



O sistema deve realizar a integração com e-mail permitindo o envio de e-mail automático de notificações de casos adversos, carteira de vacinação atualizada; encaminhamentos, solicitações de exames;

Integração com sistema e-SUS AB PEC

O sistema deverá realizar sincronização com o sistema e-SUS AB já instalado no município possibilitando:

A importação ou consulta de informações diretamente do banco de dados do sistema e-SUS;

A integração deve permitir a emissão de relatórios complementares (não disponíveis no e-SUS), customizados e solicitados pelo município;

A extração de informações para composição do painel de comparação que permita visualização gráfica de informações de cadastros, de atendimento, de procedimento, de condição de saúde, de visita domiciliar, sendo possível comparar a produção enviada pelo sistema disponibilizado e a informação recebida pelo sistema e-SUS AB, promovendo a comparação para identificação de inconsistência de envios;

O sistema licenciado deve enviar de maneira automática as informações de produção para o sistema e-SUS AB ou e-SUS CENTRALIZADOR, podendo ser configurado a frequência (diária, semanal ou mensal), sem necessidade de interação humana;

BNDASAF

O sistema deve permitir o envio, consulta, exclusão de protocolos por meio de integração com o NOVO WEB SERVICE HÓRUS (PORTARIA Nº 938, DE 7 DE ABRIL DE 2017);

Outras integrações

O sistema deverá ter a possibilidade de integração com outras tecnologias, plataformas e suportes, que forem entendidas como necessárias durante a vigência do contrato, sempre levando em consideração as condições de plataforma, viabilidade e plausibilidade;

Realizar o apoio no processo de controle, avaliação e envio da produção do SUS;

A empresa vencedora deverá realizar o apoio mensal no que tange o processo de controle e avaliação de dados de produção do SUS.

Deverá a empresa vencedora avaliar e acompanhar mensalmente o registro de produção, auxiliando na identificação de falhas ou erros de registro de produção, como também na falta de registro da mesma.

Mensalmente a empresa vencedora deverá realizar a avaliação da produção e auxiliar o responsável municipal pelo envio, apoiando na correção de registros com erro, na atualização dos sistemas de envio de produção, e no acompanhamento da validação de produção, até a visualização da aceitação de produção nos sites afins do Ministério da Saúde.

A empresa vencedora deverá possuir conhecimento técnico para realização de instalação ou backup dos sistemas de controle e avaliação, auxiliando em situações que necessitem a reinstalação ou execução de backup dos mesmos.

A empresa deverá realizar a capacitação do profissional responsável pelo processo de controle e avaliação do município, capacitando-o para uso de todos os sistemas responsáveis pelo envio e também pelo processo de transmissão da informação do sistema licenciado para os sistemas do ministério da saúde de maneira que haja validação;

AMOSTRA

O licitante vencedor deverá no prazo de 05 dias úteis, a contar da data que foi declarado vencedor, apresentar a prova de teste/demonstração técnica, a fim de verificar se as características do que foi proposto pelo licitante corresponde às especificações/características estabelecidas neste anexo.

A adjudicação do objeto ficará vinculada à aprovação da prova de teste/demonstração técnica apresentada pela empresa vencedora.

A análise será realizada pelos servidores das Secretarias de Saúde e de Assistência Social.

A data para demonstração técnica será definida entre a Secretarias de Saúde e a empresa vencedora.

DA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO SOFTWARE:

Para avaliação da proposta de trabalho e requisitos do software a comissão irá realizar prova de amostra de funcionalidades do software sendo que:

Após a classificação das licitantes, deverá a licitante melhor classificada (VENCEDORA) procurar a Secretaria Municipal de Saúde no prazo de até 2 (dois) dias úteis para tomar informações de local e data para apresentação da amostra do software, cronograma de trabalho proposto, e demais informações;

A prova de conceito será realizada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após ser declarado vencedor;

A prova de conceito visa avaliar o cronograma de trabalho como também o software e suas funcionalidades;

Para avaliação das funcionalidades do software deverá a licitante VENCEDORA disponibilizar ambiente web próprio com uma base de demonstração;

A infraestrutura de internet será disponibilizada pela prefeitura municipal no dia da amostra de software;

Nem todos os itens serão avaliados uma vez que a essência dos sistemas de gestão de saúde são idênticas, devendo eles cumprir com layout de registro de informações que seja possível o envio de dados ao ministério da saúde, deste modo, suprimindo a necessidade de detalhamento de alguns itens deste edital;

A comissão de avaliação a seu critério selecionará itens e solicitará simulações de configurações, cadastros, processos de atendimento e funcionamento dos módulos que são mais importantes e estão fora dos padrões mínimos do ministério da saúde, de forma a atestar as funções aqui solicitadas;

As demais licitantes que quiserem participar da prova de conceito deverão buscar no prazo de até 2 (dois) dias úteis tomar informações de local e data da apresentação;

Serão somente admitidos um participante por empresa licitante, ressalvo a equipe vencedora que poderá participar com até 3 (três) participantes;

As demais licitantes que participarem o farão como espectadores, não podendo manifestar-se durante a sessão de amostra, como também não poderão filmar, gravar, utilizar meios de comunicação durante a amostra, causar tumulto ou outra ação que prejudique a sessão;

A critério das empresas participantes da sessão de amostra de software, estas terão 2 (dois) dias úteis para interposição de recurso contra prova de conceito, que será julgada em até 5 (cinco) dias pela comissão de julgamento da prova de conceito;

Considerando que a equipe da prova de conceito será formada por profissionais técnicos de suas áreas dentro dos itens de avaliação da prova de conceito, a decisão por aceitação do software levará em conta requisitos técnicos da amostra, sendo ato administrativo discricionário sua aceitação e inquestionável por outros departamentos ou empresas participantes;

Em caso de não aprovação da licitante vencedora na amostra de software, esta será desclassificada, sendo chamada a próxima licitante classificada para o mesmo processo até que se tenha alguma licitante aprovada;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. A contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas, durante 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por período igual e sucessivo, até o limite legal.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pela execução do objeto/ fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, o Contratante pagará à Contratada* o valor mensal de R\$ _____ (_____).

4.2. O valor total estimado deste contrato é de _____

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento dos serviços prestados mensalmente, serão feitos em moeda corrente, em parcelas sucessivas e mensais, em até 30 dias da prestação dos serviços e do recebimento da nota fiscal correspondente que deverão ser atestadas pelo órgão responsável.

5.1.1. O pagamento do serviço de implantação será realizado em até 30 dias após à implantação dos sistemas e recebimento da nota fiscal correspondente que deverão ser atestadas pelo órgão responsável.

5.2. A contratada deverá encaminhar a nota de acordo com as informações contidas na AF emitida pelo Município.

5.3. As despesas decorrentes da prestação dos serviços locação objeto deste edital correrá a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.019 e 2.092 Elemento 3.3.90 Complemento do elemento 4 e 23. Despesas previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2024.

5.4. Aplica-se nesta contratação a aplicação da IN RFB nº 1.234/2012, bem como o Decreto Municipal 193/2023, que dispõe sobre a IRRF nas contratações de bens e serviços pela Administração do Município de Cordilheira Alta/SC.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA

6.1. A empresa vencedora deverá prestar os serviços conforme descritos no objeto, termo de referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES

8.1. - Os preços serão fixos e irredutíveis.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1 - São obrigações da Contratante:

9.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2 - São obrigações da contratada:

9.2.1- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.2- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.2.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.4 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.2.5 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.7- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

10.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

10.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 10.1.2 e 10.1.3 será o valor inicial do Contrato.

10.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida 10.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

10.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

10.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

10.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.1.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela secretaria Sidonia Salete Cecon Merísio, matrícula 854/01, que atuara como representante institucional, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

14.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Cordilheira Alta, SC, __ de _____ de 2023.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

Angelita Gabriel
CPF: ***.893.109-**

Laura Muniz da Silva
CPF: ***241.889**